

ECONOMISTAS



O papel das economistas

Mulher, mãe e economista

Em entrevista à revista Economistas, Luciana Acioly fala sobre o mercado de trabalho feminino e como conciliar todos estes papéis

A urgência de uma agenda desenvolvimentista sustentável e inclusiva para mulheres e meninas

Ana Cláudia Arruda Laprovitera

O impacto das questões de gênero na economia e nas políticas públicas

Luana Ozemela



EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Paulo Dantas da Costa

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Paulo Dantas da Costa
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto

Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa

Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa

Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenor Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Gustavo Casseb Pessoti
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos

Conselho Editorial

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Herici Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado

Maria Cristina de Araújo
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Herici Santos Hossoé (Vice-Coodenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Renata Reis – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

perce o play aperte o play aperte o



Podcast Economistas

Ouçã agora o novo episódio:
A voz das economistas

Disponível nos principais agregadores de podcast*

*Disponível no Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify

SUMÁRIO

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	5	A urgência de uma agenda desenvolvimentista sustentável e inclusiva para as mulheres e meninas Ana Cláudia Arruda Laprovitera	36
Luciana Acioly: Mulher, mãe e economista	6		
O impacto das questões de gênero na economia e nas políticas públicas Luana Ozemela	14	O modelo econômico atual e a perpetuação das desigualdades criadas pelo patriarcado e as alternativas para a mudança econômica Pâmela Sobrinho	41
Inteligência financeira: o caminho para o crescimento feminino vai além da educação financeira Dirlene Silva	19	Mulheres economistas no mundo de Oz Helena Siqueira Dornellas	47
Os desafios da mulher empreendedora Ivone Maria da Silva	26	Novos livros	53
Qual o mercado de trabalho que queremos? Flávia Vinhaes	29		

EDITORIAL

O Brasil se encontra na penúltima posição do ranking latino-americano de paridade de gênero. O mais recente relatório do Fórum Econômico Mundial prevê que nosso país levará 62 anos para alcançar a paridade de gênero, principalmente devido a lacunas nas oportunidades econômicas e na liderança política. A fim de sanar estas questões, o trabalho dos profissionais economistas – e, em especial, o das mulheres economistas – é fundamental no planejamento de políticas públicas, na criação de oportunidades e na luta por uma sociedade menos desigual. Nesta edição da revista, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (celebrado em 8 de março), destacamos o trabalho delas. As economistas abordam temas que vão desde o mercado de trabalho até a educação financeira, passando pelo impacto das questões de gênero na economia e pela necessidade de políticas públicas que atendam à população feminina. Há, ainda, um texto que homenageia cinco mulheres cujo pensamento tem destaque no universo econômico mundial e uma entrevista com Luciana Acioly, na qual a pesquisadora aborda a inserção feminina na área econômica e como conciliar os papéis de mãe, mulher e economista.

O mês de março também foi marcado pela divulgação do PIB brasileiro de 2021. O crescimento de 4,6% supera, por pouco, a retração ocorrida em 2020, no período mais agudo das medidas de isolamento social para conter a pandemia de covid-19. Mas o dado importante é que, no conjunto, o desempenho dos dois anos é pífio – em linha com o que vem acontecendo desde 2017. Não há vetores para um crescimento robusto. Quase 30 milhões de brasileiros estão fora do mercado de trabalho ou trabalham menos do que poderiam e/ou gostariam. A inflação corrói o poder de compra dos trabalhadores. As amarras autoimpostas, como a Emenda Constitucional 95 (lei do teto de gastos), fazem com que o governo corte a parte mais nobre do gasto público, que é o investimento (capaz de induzir o crescimento pelo efeito multiplicador e a ação do setor privado pelo efeito demonstração),



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. É autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país, em jornais de grande circulação. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

enquanto destina bilhões de reais para gastos sem eficiência econômica, como o fundo eleitoral e as emendas parlamentares.

Finalmente, o primeiro trimestre de 2021 também é marcado pela guerra. É claro que esta chaga não é nova na história de uma humanidade que, há um século, passou pelo horror de duas guerras mundiais. Além dos desastrosos efeitos econômicos e humanitários para os países envolvidos, o papel desempenhado por Rússia e Ucrânia na economia mundial (com participação expressiva na produção de petróleo, trigo e milho, entre outros produtos) faz com que as consequências também se estendam a quem não participa da guerra, gerando inflação e acentuando desigualdades. A humanidade é capaz de se unir e planejar ações contra os verdadeiros inimigos a serem derrotados: a fome, a miséria, a falta de oportunidades. Mas esta vitória não virá enquanto seres humanos permanecerem em insegurança física, alimentar e sanitária.

Boa leitura!

Luciana Acioly:

Mulher, mãe e economista

A economista Luciana Acioly tem se firmado como uma das mais importantes vozes da pesquisa macroeconômica no Brasil. É pós-Doutora pela Universidade de Cambridge e Doutora pela Unicamp. Desde 1997 é pesquisadora do Ipea e acumulou experiência nas áreas de economia internacional e finanças internacionais, tratando de temas como fluxos de capitais, investimentos externos diretos, crises financeiras, bancos multilaterais de desenvolvimento, estudos dos BRICS e G20. Atualmente participa da rede de pesquisa sobre bancos multilaterais de desenvolvimento. Mas ela não é apenas economista: é também mulher e mãe. Nesta entrevista à revista Economistas, Luciana fala sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam para conciliar os papéis familiares e profissionais e pensa as questões de gênero não a partir da oposição entre homens e mulheres, mas do ponto de vista da responsabilidade e solidariedade. A precarização do papel do Estado faz com que as mulheres estejam sobrecarregadas – e quanto mais se desce na estrutura de distribuição de renda, mais sobrecarregadas elas estão.

Revista Economistas: A área da pesquisa econômica ainda é majoritariamente ocupada por homens. A que você atribui isso e qual a sua perspectiva em relação a participação feminina no campo das ciências econômicas para o futuro?

Luciana Acioly: A mulher economista, seja no mestrado, no doutorado, no pós-doutorado, como professora, assistente ou sênior, está dentro do

quadro de mulheres mais qualificadas e ainda assim os homens são maioria. E esse problema se coloca não apenas para economistas, mas para as demais carreiras ligadas à economia, como mulheres de negócios ou que atuam no mercado financeiro. Elas também têm uma série de entraves à continuidade de suas carreiras devido a questões estruturais da sociedade (a maternidade, por exemplo), o que faz com que o número de mulheres caia no total de pessoas qualificadas.

Quando realizamos estudos nas áreas de macroeconomia e finanças, o número



de mulheres na bibliografia diminui ainda mais. Além da economia como um todo, tem a questão dos campos de estudos da economia que ainda são considerados majoritariamente de domínio masculino, mais ligados à matemática, à lógica ou às finanças.

Existe um artigo publicado pela *Harvard Business Review* de autoria de Sylvia Hewlett, economista da Universidade de Cambridge, que diz o seguinte: das carreiras com alta potência (aquelas em que a mulher está alcançando o topo superior da área onde ela trabalha), 49% das mulheres na época ganhavam muito, na idade entre 41 e 55 anos, mas não tinham filhos; 33% das mulheres de carreira de alto alcance, na idade entre 41 e 55 anos, também não tinham filhos. Ela diz que quanto mais bem-sucedido um homem, maior a probabilidade de ele ter cônjuge e filhos (19% dos homens que estavam em altos cargos não tinham cônjuge e filhos e só 17% tinham cônjuge, mas não tinham filhos).

Isto mostra claramente a dificuldade das mulheres com esta questão dos filhos. E mais, não é que as mulheres entrevistadas não queriam ter filhos; elas queriam e muitas almejavam ter. Mas apontavam sempre dois problemas:

quando estão na idade produtiva e reprodutiva, as coisas não se combinam; e quando elas resolvem ter filhos, têm dificuldades de voltar ao mercado de trabalho.

Mais recentemente Luiza Nassif compara a carreira das mulheres como *Leak Pipeline*. Em seu estudo, ela observa que a mulher vai se graduando, subindo na formação e parece que vai perdendo o fôlego. O nome *Leak Pipeline* é exatamente isso: à medida que a água vai correndo por um cano furado o volume vai diminuindo. A própria Mariana Jansen, professora do departamento de pós-graduação da PUC-SP, disse que a presença das mulheres economistas como professoras com dedicação integral é de 1/4 tanto no Brasil quanto na França e de apenas 14% nos Estados Unidos. Isso mostra a baixa participação das mulheres na reflexão da ciência econômica. Ainda evidencia, em seu trabalho, questões relativas ao número de horas trabalhadas pelas mulheres, horas extras, tempo formal de trabalho na empresa e em casa. Dados de 2018 mostram que nos trabalhos domésticos, segundo essa autora, a mulher contribui com 18% e o homem com 10%.

São dois movimentos muito difíceis: a subida, poucas conseguem passar por esse 'cano furado', e as que conseguem têm dificuldade de se manter. E há ainda uma terceira questão, que é o preconceito. Certas áreas ou campos de estudos são predominantemente masculinos, por aptidão, por cultura, por natureza, como alguns querem insistir, mas o fato é que isso ocorre.

R.E: As mulheres costumam se dividir, mais que os homens, entre carreira e vida familiar. Como você enxerga o processo de ascensão na carreira, de novas oportunidades e de realocação profissional para as mulheres?

L.A: Um artigo que li há algum tempo, intitulado *Women and Networking: What You Need to Know*, comparava como mulheres e homens se recolocam profissionalmente em termos de novas oportunidades de trabalho e de reposicionamento em cargos, e como a administração de suas redes profissionais os ajudava nessa direção. A conclusão era que a gestão adequada dos contatos e as escolhas certas de quais eventos



Reprodução/Twitter Ipea

frequentar eram importantes para se avançar na carreira. Pesquisas mostram que grande parte das pessoas recolocadas no mercado de trabalho ou remanejadas entre empresas apontam o papel de uma rede de contatos – o famoso *networking* –, para o sucesso de suas empreitadas. Embora hoje, no contexto da pandemia de Covid-19, a maioria dos eventos seja *on-line*, antes parte do esforço em manter as redes profissionais requeria a presença física de homens e mulheres em coquetéis, festas e reuniões fora do horário de trabalho. Como mostra outro estudo estatístico do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2010 Report), na maioria das economias analisadas, as mulheres empreendedoras e de negócios tendiam a ter uma rede profissional bem menor do que suas contrapartes masculinas. Nós percebemos, no dia a dia do trabalho, como a presença das mulheres é menor (isso está mudando) não apenas nas redes, mas nos eventos profissionais em geral. Não é difícil descobrir uma das causas. Por exemplo, ao assumir outros compromissos fora dos horários regulares de trabalho, as mulheres teriam menos tempo para as obrigações de casa. São coisas que parecem soltas, mas estão ligadas a um padrão de alocação de tempo e desenvolvimento profissional que precisa ser revisto pela sociedade.

Se essas mulheres são verdadeiros talentos, têm altos rendimentos, altas performances, são pessoas que contribuem para a comunidade, seja ela científica ou corporativa, não aproveitá-las é desperdício, inclusive econômico. São talentos que levam anos para serem formados e que desaparecem do mercado, e as vezes não voltam por causa de filhos ou por qualquer outro desarranjo familiar que ocorra.

R.E: o que pode ser feito para evitar que estes talentos se percam?

L.A: A mulher, e aqui foco especialmente na mulher economista, precisa e deve insistir no cuidado profissional, cuidar de sua rede de interesses – mesmo que no ambiente virtual. Já existem redes profissionais de mulheres nos Estados Unidos e na Europa que conectam mulheres para compartilhamento de experiências, oferta

de vagas de trabalho ou até troca de dicas. Isso é uma coisa que funciona e que fortalece a rede profissional. Mas não se deve ficar restrita a essas plataformas e sim ampliar horizontes.

Outro ponto é que as políticas públicas são importantes, como a questão da escola integral. Já trabalhei em cargos em que eu era chefe de muitas pessoas e pude observar que as mulheres recebiam mais ligações (seja da empregada, do marido, ou do próprio filho) que os homens para tratar dos assuntos domésticos. A preocupação de chegar logo em casa, para o filho não ficar só, vale desde a trabalhadora no mercado informal até a mulher mais qualificada. Então, não se pode fugir de uma política pública de escola integral, pública e de qualidade. As mulheres deveriam encampar essa bandeira como número um, porque é uma bandeira libertadora e democrática por atender as mulheres e seus filhos independentemente da renda. Além de garantir mais segurança, as crianças seriam assistidas por gente qualificada.

R.E: Uma vez que as mulheres estiverem atendidas por políticas públicas e iniciativas de origem privada que lhes deem este suporte, qual seria o próximo passo para garantir seu espaço na pesquisa econômica?

L.A: Diversidade precisa ser uma prática corriqueira entre os economistas. Não gosto da oposição homem/mulher que não corresponda de fato às problemáticas que nós temos. Gosto de uma frase do Antônio Cândido que diz: “Quem não quiser ver, não olhe de perto”. *Slogans* são importantes para chamar a atenção, sem dúvida, porque se não chamar a atenção, ninguém olha. Mas, na hora de operacionalizar, precisamos ter um certo cuidado em trazer o homem para dentro do problema. Fazer coisas separadas, como grupos só de mulheres, é importante quando você tem assuntos específicos a serem tratados, mas quando se trata do debate econômico, do debate de teses, a mulher tem que pegar o seu lugar à mesa. É desconfortável? É. Mas não existe mudança no conforto.

Não é mais confortável estar conversando com iguais? Não é mais agradável o debate

de ideias com aqueles que têm um *approach* semelhante ao nosso? Possivelmente a resposta é sim para as duas perguntas. Contudo, se quisermos mudar, precisamos sair da zona de conforto e arriscar. Ir para as reuniões e participar das discussões. Se alguém cortar a palavra, insista e retome a palavra. Não há outra forma que não seja a luta, não vejo uma outra maneira. A luta é o dia a dia. Aquilo que dá resultado é a assertividade e a regularidade.

R.E: Há alguma situação que você tenha nitidamente identificado como preconceito por ser mulher, por ser uma mulher com filhos ou por ser uma mulher na economia?

L.A: Não consigo lembrar de nada específico. Acho que tive muita sorte, a começar pelo meu pai. Ele era militar e de igreja. Tinha tudo para ser conservador, e era. Mas foi um grande incentivador para eu estudar, por exemplo. Eu ia com ele à igreja e gostava um pouquinho mais de matemática, então ele chamava para fazer a contabilidade da igreja. Às vezes eu ficava chateada com alguma coisa e ele dizia assim: "Você vai chorar? Vai ter que enxugar as lágrimas e vai ter que estudar, porque a tristeza passa e o boletim com a nota vermelha fica". Ele tinha muito orgulho de que eu estudasse. E ele não tinha 'curso superior.

No mestrado, quando eu estava perto de defender a dissertação, fiquei muito nervosa porque achei que tinha começado a introdução de uma maneira equivocada. Na metade, percebi que não iria dar tempo. Liguei para o meu orientador para dizer que não daria certo e ele não me deixou sair vencida. "Vai dar certo. Você se isole, faça o que tem de ser feito e esqueça o mundo, porque se não dar certo vai

ser uma catástrofe para você", finalizou. Achei muito interessante, foi um alerta porque ele quis dizer que eu tenho de tomar conta de mim. Não seria uma catástrofe para ele, ou para a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ou para o CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), seria para mim.

Tive muita sorte de ter essas pessoas. Agora, que existe preconceito, existe. Lembro que participei de reunião de conjuntura, em Brasília, levado as três meninas, que tinham prova para estudar e ninguém para cuidar delas no sábado. Às vezes a mais velha dizia: "deixe-me ficar com você, mãe, que eu gosto de ver os gráficos". Ela vinha e se sentava ao meu lado. Há fotos em que está todo o grupo e tem uma criança do lado, é a minha filha. Às vezes, não há outro jeito, é real. E o real é enfrentar. Enfrentar a profissão, enfrentar os desafios, sentar-se à mesa, com filhos ou sem filhos, com cabelo branco ou cabelo escuro.



R.E: Dentro desse cenário de cinco filhos e com as três crianças que te acompanharam, você teve algum plano interrompido por causa das crianças? Ou você tinha uma rede de apoio e conseguiu realmente progredir à medida do que foi planejado?

Sim, algumas coisas ficaram atrasadas. Muitas das coisas que você planeja acabam se concretizando dois ou três anos depois. Eu sou pesquisadora de uma instituição pública. Apesar da mudança, eu tinha estabilidade, o que me dava um pouco de tranquilidade. Mas na minha primeira gestação eu não era funcionária pública ainda. Dei aula até dez horas da noite e às seis da manhã eu estava indo para o hospital ter minha primeira filha (Maria Clara, *in memoriam*). Trabalhava no setor privado, minha primeira filha nasceu assim, no meio de um turbilhão de provas e de muitas coisas para fazer.

Quanto à rede de apoio, pude contar inicialmente com minha irmã, e sempre com um marido muito companheiro, pois, seria impossível para mim, nessa carreira, assumindo cargos e viagens, se eu não tivesse um pai que ficasse com os meninos. Mas não tenha dúvida, ter filhos implica, muitas vezes, em fazer renúncias, inclusive profissionais. E mesmo quando você não renuncia, tem de adiar.

R.E: O que a diversidade de mulheres de diferentes regiões, diferentes faixas etárias e abordando diferentes temas poderia agregar, tanto na formulação das políticas públicas como na aplicação e em outros assuntos da economia?

L.A: Penso que abordagens excessivamente individualistas e baseadas apenas numa linha congregam menos. A economia tem uma praticidade enorme e necessita de uma abordagem mais pluralista, que permita a

entrada não só de mulheres economistas no sentido do aporte acadêmico, mas também daquelas mulheres que têm inserção no mundo corporativo, no mundo prático, no mundo das políticas públicas, que geralmente não estão dentro das grandes discussões.

Trazer as pessoas do mundo corporativo para uma discussão de economia no Conselho é importante, porque estamos falando de economia e podemos falar de políticas públicas aplicadas. Quando fazemos uma análise de conjuntura, o que nós estamos fazendo? Uma discussão de macroeconomia, de taxas de juros e câmbio, de Banco Central e muito mais.

Aí vem a discussão sobre crescimento, carteira de trabalho e tantos outros temas. Se você olhar por trás disso, existem múltiplas disciplinas sendo trabalhadas ao mesmo tempo. É importante a pluralidade de pensamentos, os diferentes olhares e talentos. E, por isso, trazer as mulheres de todas as áreas pode enriquecer muito o debate.

Na área de pesquisa, por exemplo, a generosidade das mulheres economistas com a questão acadêmica é enorme. Isso, na ciência econômica, não pode ser desperdiçado. É uma pena do ponto de vista pessoal, da academia, da teoria econômica e da solução dos problemas relacionados à economia.

Esse tipo de debate, plural e inclusivo, traz benefícios inclusive para os estudantes de economia, que, por meio da diversidade, podem encontrar um vínculo maior com o mundo real e ter mais escolhas nesse campo de estudos.

“Contudo, se quisermos mudar, precisamos sair da zona de conforto e arriscar. Ir para as reuniões e participar das discussões. Se alguém cortar a palavra, insista e retome a palavra. Não há outra forma que não seja a luta, não vejo uma outra maneira.”

R.E: Como seria essa questão da economia do cuidado nas contas nacionais? Estas tarefas são muito mais delegadas às mulheres e não entram nas contas. É como se esse trabalho não existisse. O que você gostaria de falar sobre isso?

L.A: Você pode fazer um PIB estimado, do ponto de vista teórico e metodológico, a partir do número de horas trabalhadas em tarefas domésticas. Você pode fazer uma aproximação de PIB com remuneração por hora, por região. Eu nunca fiz esse exercício, mas é possível de fazer. Do ponto de vista prático eu vejo pouca utilidade, por enquanto.

Claro que pode-se fazer um exercício comparativo sobre o quanto se perde de talento e de horas trabalhadas por uma pessoa altamente qualificada, comparando a outro trabalho que poderia ser feito de outra maneira. É importante quantificar, mas há um exercício que deve ser agregado, que é o quanto um país em desenvolvimento, sem crescer e com um ritmo de desindustrialização acelerado pode contribuir para esse quadro de desperdício de talentos, de pessoas altamente qualificadas em geral (e, especialmente, no caso das mulheres em busca de emprego num mercado de trabalho que vai ficando reduzido e precário).

R.E: São vários os problemas macroeconômicos, e todos eles são importantes. Mas, se você tivesse que escolher um deles para tentar resolver primeiro, qual seria?

L.A: Desde 2008 temos visto como a onda de desregulamentação, de globalização, com estado mínimo ou com supervisão mínima sobre os fluxos financeiros, com pouca responsabilidade corporativa com relação à transparência na montagem da carteira de ativos, torna, do ponto de vista sistêmico, as economias mais vulneráveis. Todos esses assuntos têm sido tratados pelo *Financial Stability Board*, que teve um papel importante pós-crise de 2008. Dentre as reuniões que foram feitas logo após a crise, e que duraram até 2014 com este tema em pauta, destaca-se a questão da atuação do Estado como regulador e indutor de boas práticas e

entidade responsável pela equidade (não só de gênero), mas também pela sustentabilidade. Recentemente, com a pandemia, temos mais um tema na pauta: a fragilização das economias quando o Estado se ausenta de suas funções. E os resultados dessa ausência se distribuem desigualmente na composição de gênero e na composição etária da população.

A história tem mostrado a importância do Estado para sair das crises, tanto fazendo parte da solução como de políticas públicas mais igualitárias e de bem-estar social. Essas condições não são descoladas das condições macroeconômicas que se criam para isso. Todas as variáveis macroeconômicas e as condições institucionais devem ser pensadas e alinhadas para acionar o motor do crescimento, e para isso é preciso condições para a retomada do investimento público e privado.

Na retomada do crescimento a questão do investimento é fundamental. Quem está discutindo isso é uma mulher muito atuante na área dos bancos públicos de desenvolvimento e conhecedora do papel que eles estão recebendo desde 2008, chamada Stephany Griffith-Jones - economista britânica que coordenou um grupo de pesquisa enorme no Reino Unido e na França, sempre mostrando a importância dos bancos públicos de desenvolvimento. Eles trabalham com projetos de longo prazo, podem atuar em parceria com outros bancos, diluindo o risco de suas operações, e trabalhando inclusive em projetos de desenvolvimento sustentável visando populações vulneráveis. Estas questões não podem estar fora da discussão sobre a retomada dos investimentos.

R.E: Que mensagem você deixaria para os novos economistas que estão ingressando no mercado de trabalho e, em especial, para as mulheres?

L.A: O importante para um jovem ou uma jovem economista não é simplesmente receber a informação, mas ser capaz de formar opinião. Isso requer mais do que ter informação. Requer voltar às bases, aos fundamentos, à leitura dos clássicos. É importante fazer análises sólidas, evitando assim a enxurrada de informações

"O importante para um jovem ou uma jovem economista não é simplesmente receber a informação, mas ser capaz de formar opinião, e isso requer mais do que ter informação."

e de modelos miraculosos que vão tirar o Brasil ou outros países de um nível baixo de desenvolvimento.

Para as mulheres que têm aptidão ou desejo interior de estudar uma área, eu convido a ir para a macroeconomia ou para finanças e economia internacional. São áreas importantes, ainda subocupadas do ponto de vista da reflexão intelectual feminina, e muito promissoras e interessantes porque permitem uma inter-relação muito grande com as outras áreas. Quando você está voltada ao estudo da economia internacional e fluxos financeiros de curto e longo prazos, está dialogando com seu próprio país. É um observatório privilegiado do ponto de vista da interface com as outras disciplinas, que também são importantes, e tem um gancho para trazer outras questões que não são exclusivas do Brasil. O estudo da economia, por sua natureza, é um objeto social. Quanto mais comparativo, melhor, pois adquire mais acuidade para poder comparar, usar variáveis que podem ser comparáveis. Precisamos de mais mulheres nessa área, inclusive porque a área das finanças tem poucas mulheres. É comum numa reunião, seja na Fazenda, no Banco Central ou mesmo em instituições públicas que tratam desses assuntos, não encontrar nenhuma mulher à mesa.

Tivemos nossas pioneiras. Maria da Conceição Tavares tem um jeito próprio de tratar as questões nos debates, ela é um ícone do ponto de vista da presença e da firmeza de ideias. No exterior, Joan Robinson não foi professora de Cambridge porque era mulher, mas uma das maiores contribuições dadas a economia veio dela. Joan era mãe, o marido dela era de Cambridge, mas ela não. Dava aula em outra universidade, o que já era uma exceção para mulheres. Economistas de diferentes espectros políticos chegaram a dizer a dizer num debate que

ela merecia ter ganhado um prêmio Nobel. Era uma mulher combativa, uma verdadeira intelectual no sentido de sua contribuição para a ciência econômica, e nunca abriu mão de seu papel. Agora temos Stephany Griffith-Jones, uma economista admirável com uma carreira brilhante, que está tratando um dos principais temas da atualidade. Ela fez parte de um grupo que chegou a influenciar a criação de um novo banco de desenvolvimento na Inglaterra. É animador o fato de passarmos a ter esse grau de presença, digamos assim, do ponto de vista das ideias em áreas consideradas eminentemente masculinas.



Reprodução/LinkedIn Luciana Acioly

Às sextas-feiras, chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



O impacto das questões de gênero na economia e nas políticas públicas

Por Luana Ozemela



A superação das disparidades econômicas entre homens e mulheres é um imperativo moral, social, político e econômico para o nosso País. Entretanto, a discussão sobre os impactos econômicos da igualdade de gênero tem sido historicamente tímida ou ausente nos ambientes de decisão da política econômica. Portanto, me permito ir diretamente às justificativas econômicas centrais sobre a importância das mulheres para a economia.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho produz invariavelmente um aumento do PIB, pois o resultado é que mais trabalhadoras passam a contribuir para a produção no mercado. Atualmente, as mulheres controlam a maior parcela das decisões de consumo e investem maior proporção de suas

Luana Ozemela

CEO da DIMA, Doutora em economia e professora pesquisadora de gênero e políticas públicas da universidade Hamad Bin Khalifa da Fundação do Qatar. Diretora de relações com doadores da ONG PEGF da Nigéria na área de saúde. Foi funcionária do BID, em Washington DC, EUA.



rendas em suas famílias, em comparação aos homens.¹ Os níveis de inadimplência bancária das mulheres são 40% menores² e as empresas de tecnologia de capital fechado lideradas por mulheres são mais eficientes em termos de capital e alcançam um retorno do investimento 35% maior comparadas às empresas lideradas por homens.³

Contrariando todo o tipo de estereótipos, as mulheres, em geral, são melhores líderes do que os homens. Segundo estudo recente publicado na Revista de Harvard, as mulheres, em termos globais, são mais eficazes do que os homens em todos os níveis hierárquicos e em praticamente todas as áreas funcionais das organizações⁴. Na política, municípios governados por prefeitas têm melhores resultados em saúde, recebem mais transferências federais discricionárias e têm menos corrupção⁵. Em resumo, se tivéssemos mais mulheres na liderança, seríamos mais resilientes às crises, teríamos mais inovação, mais economia e maiores níveis de investimento.

A literatura econômica mundial sugere fortemente que o processo de desenvolvimento está associado ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. A relação é em forma de U: em níveis baixos de desenvolvimento, a participação da força de trabalho feminina é muito alta por necessidade; na medida em que o PIB aumenta, algumas mulheres conseguem optar por trabalhar fora do mercado de trabalho formal; quando o PIB continua a aumentar, outros tipos de empregos flexíveis vão surgindo e as mulheres voltam a aumentar a sua

participação. Particularmente agora, na era da Quarta Revolução Industrial (4IR), em que as economias precisam aproveitar ao máximo as novas tecnologias, mulheres e homens terão que desenvolver novas habilidades e talentos únicos para poder lidar com mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas e garantir progresso para todos. Entretanto, somente 11% das mulheres nas universidades estão em cursos de tecnologia comparado a 29% dos homens⁶.

No âmbito macroeconômico, a literatura mostra que uma maior participação feminina e uma melhor alocação de trabalhadores em ocupações e setores de maior produtividade poderia contribuir para o crescimento, para a redução da pobreza e para melhores resultados de saúde e educação para as próximas gerações. Segundo um estudo recente, se aumentássemos a produtividade das mulheres em 10%, as taxas de participação aumentariam em mais de 20 pontos percentuais, levando a economia à participação quase total em alguns países da América Latina⁷. Este efeito no crescimento econômico é significativo e permanente.

Segundo estimativas regionais, o Brasil poderia aumentar seu PIB per capita em 30% dentro de uma década se eliminasse as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, uma produção adicional entre 410 e 850 bilhões de dólares⁸. Outro estudo global, do Peterson Institute, analisou quase 22.000 empresas em 91 países e descobriu que, se 30% dos líderes fossem mulheres, as empresas deveriam esperar um aumento de 15% na lucratividade⁹.

"Se tivéssemos mais mulheres na liderança, seríamos mais resilientes às crises, teríamos mais inovação, mais economia, e maiores níveis de investimento."



Estudo de 2016 da Intel e da Dalberg Global Development Advisors encontrou uma ligação entre diversidade e maiores receitas, lucros e valor de mercado em empresas de tecnologia. Essas empresas poderiam beneficiar-se de US\$ 50 a US\$ 70 bilhões em maior valor de mercado eliminando as disparidades de gênero nos cargos de liderança.¹⁰

Com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os países do mundo todo se comprometeram a alcançar a igualdade de gênero e a adotar 54 metas desagregadas por gênero espalhadas em 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mesmo que as metas dos ODS não estejam desagregadas por raça, em termos mundiais, também é um imperativo que no caso do Brasil (onde as desigualdades são principalmente regionais, de classe, de gênero e raça) elas também estejam devidamente divididas por esses aspectos.

Entretanto, temos muito trabalho a fazer. O Brasil se encontra entre as últimas posições (25 de 26) no ranking dos países da América Latina em paridade de gênero. O mais recente relatório

sobre Paridade de Gênero do Fórum Econômico Mundial prevê que levará 62 anos para que esta seja alcançada no Brasil, principalmente devido a lacunas nas oportunidades econômicas e na liderança política¹¹. E outros vários anos para que as mulheres negras e indígenas possam fazer o mesmo.

As políticas econômicas devem, portanto, incorporar totalmente uma perspectiva de gênero e raça na legislação nacional, no planejamento econômico e na formulação de políticas intersetoriais, a fim de enfrentar as múltiplas barreiras ao empoderamento das mulheres e da população negra. Só assim esta parcela majoritária da população poderá desempenhar um papel igualitário na vida econômica, social e política de nosso país.

A exclusão contínua das mulheres, bem como da população negra, da vida econômica e social também tem tido, por muito tempo, um impacto negativo na governança democrática, na segurança dos cidadãos e na capacidade de cumprirmos as metas estratégicas de desenvolvimento sustentável.



Reprodução/TRT4

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Países do mundo todo se comprometeram a alcançar a igualdade de gênero e a adotar 54 metas desagregadas por gênero espalhadas em 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As sucessivas recessões influenciaram fortemente o mercado de trabalho, sendo fator decisivo para interromper a trajetória de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Segundo a OIT, a pandemia da Covid-19 destruiu 11 milhões de postos de trabalho no Brasil e reduziu o rendimento dos trabalhadores em 21%. As mulheres foram as mais impactadas, porque elas cuidam e curam, no hospital e em casa¹². As mulheres negras, que antes já eram as mais vulneráveis à violência e ao subemprego, foram as mais impactadas entre as mulheres. Atualmente, a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior comparada à das mulheres brancas¹³.

Importante mencionar que embora a igualdade de gênero na educação tenha desempenhado um importante papel no aumento da produtividade feminina, ela não garantiu a

eliminação completa das disparidades de gênero no mercado de trabalho. A diferença de gênero na participação laboral está entre 20 e 30 pontos percentuais e tem mostrado sinais de uma significativa piora com a pandemia¹⁴. Homens com ensino superior recebem rendimentos por hora, em média, 48% mais altos do que as mulheres¹⁵. Ou seja, existem outros fatores importantes em jogo que afetam a participação e os salários das mulheres.

Entre as várias explicações propostas para as diferenças de gênero significativas e persistentes na participação estão: a) fatores estruturais, como determinantes políticos e legais, habilidades, mercados familiares; b) fatores cíclicos, que têm a ver com as condições gerais da economia e do mercado de trabalho; e c) outros fatores, como as mudanças climáticas e os desastres naturais.

Precisamos enfrentar as normas de gênero nas estruturas patriarcais da nossa sociedade e diagnosticar os regimes de bem-estar, os benefícios de assistência à infância, a licença parental remunerada, entre outras que assumem uma norma que coloca em xeque a mobilidade ascendente das mulheres. É sabido que as responsabilidades associadas ao cuidado e à educação dos filhos - assim como o cuidado de idosos e pessoas com deficiência - geralmente recaem sobre os ombros femininos e afetam a trajetória das mulheres no mercado de trabalho. Estima-se que o valor total do trabalho não remunerado exercido pelas mulheres esteja entre 10% e 39% do PIB, e poderia ultrapassar a produção da manufatura, comércio, transporte e outros setores-chaves¹⁶.

A política pública nacional precisa demonstrar um compromisso genuíno com a igualdade de gênero. Carecemos de políticas com resultados efetivos em direção a mudanças sistêmicas, promovendo o empoderamento econômico das mulheres e melhorando o acesso das mulheres à educação e serviços de qualidade.

Os programas de treinamento do governo são frequentemente de baixa qualidade e não respondem necessariamente às constantes demandas do mercado de trabalho.

"As mulheres negras, que antes já eram as mais vulneráveis à violência e ao subemprego, foram as mais impactadas entre as mulheres. Atualmente, a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior comparada à das mulheres brancas."



Tânia Rego/Agência Brasil

Os trabalhadores estão sendo obrigados a tomar decisões e financiar a atualização de suas habilidades¹⁷. Isso é particularmente oneroso para as mulheres e para a população negra. Um passo fundamental é estabelecer mecanismos inteligentes e sustentáveis para financiar o treinamento de qualidade das trabalhadoras. Devemos direcionar esforços às áreas geográficas onde o setor privado não está disposto a investir recursos e estabelecer indicadores de desempenho em termos de raça e gênero. Por exemplo, um sistema de vouchers que permita às mulheres pagarem diretamente aos provedores de treinamento privados poderia ser uma alternativa.

O uso de *big data* para melhorar a gestão de recursos humanos (RH) tem sido considerado a próxima fronteira para reduzir vieses cognitivos e discriminação de gênero e raça no mercado laboral. Espera-se que o aprendizado de máquina (*machine learning*) com dados históricos de RH melhore as chances de que mais mulheres passem em entrevistas de emprego e possam ser promovidas. De acordo com Valfort (2018), um candidato escolhido pela máquina tem 17% mais chances de passar em uma entrevista cara a cara e receber uma oferta de emprego do que quando escolhido por uma pessoa¹⁸. Apesar de sua eficácia demonstrada, apenas 5% das empresas em todo o mundo investem em projetos de RH Analytics¹⁹.

Reconhecendo essa tendência, as políticas públicas deveriam promover o uso responsável e cuidadoso de aprendizado de máquina e inteligência artificial para enfrentar os desafios da desigualdade. O uso de algoritmos para orientar o recrutamento e gestão de carreiras seria de particular importância para as pequenas empresas, onde os empregos do País estão mais concentrados.

Talvez nunca tenha havido na história um momento tão oportuno e urgente quanto o que vivemos para enfrentar consistentemente as disparidades de gênero. A crise da Covid-19 exacerbou as disparidades pré-existentes, incluindo cargas de trabalho não remunerado, perda de empregos em indústrias de serviços dominadas por mulheres e a violência.

Precisamos de uma visão de longo prazo, uma estrutura de governança robusta, disponibilidade de recursos e do desenvolvimento uma base de conhecimento adequada e experiência entre os formuladores de políticas para engajar significativamente o setor privado. Nas últimas décadas, sem dúvida, tivemos um progresso considerável no nivelamento das oportunidades econômicas entre homens e mulheres, mas ainda há muito trabalho a ser feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp06233.pdf>

2 <https://bit.ly/3qjIWrt>

3 https://www.kauffmanfellows.org/wp-content/uploads/KFR_Vol7/Juliana_Garaizar_vol7.pdf

4 <https://hbr.org/2019/06/research-women-score-higher-than-men-in-most-leadership-skills>

5 <https://bit.ly/3KWtJVr6> https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

7 https://www.jstor.org/stable/10.15609/annaeconstat2009.142.0111#metadata_info_tab_contents

8 <https://mck.co/3lgpfr2>

9 <https://www.piiie.com/publications/wp/wp16-3.pdf>

10 <https://www.intel.la/content/dam/www/public/us/en/documents/pdf/women-and-the-web.pdf>

11 https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

12 <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/90267-covid-ceifou-11-milhoes-de-empregos-no-brasil>

13 https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadode-trabalho/181031_bmt_65.pdf

14 <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1663231>

15 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020. Tabela 1.3 - Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo características selecionadas - Brasil - 2020

16 ONU (2016). <https://digitallibrary.un.org/record/856760?ln=en>

17 <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Connecting-Employment-Training-with-Labor-Market-Demand-and-Opportunities.pdf>

18 IZA World of Labor 2018:450. <https://wol.iza.org/articles/do-anti-discrimination-policies-work>

19 Harvard Business Review. <https://hbr.org/2018/11/better-people-analytics>

Inteligência financeira: o caminho para o crescimento feminino vai além da educação financeira

Por Dirlene Silva

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 57% dos estudantes dos cursos superiores são mulheres. Elas são 71,3% nos cursos de licenciatura e 54,90% nos cursos de bacharelado. Nos cursos de pós-graduação, este número aumenta, chegando a 64%. Já no mundo do empreendedorismo, mais de 51% dos novos empreendimentos são liderados pelas mulheres.

Logo, a realidade é que as mulheres estudam mais e empreendem mais que os homens. Então, por que em pleno o século XXI as mulheres, apesar de todas as conquistas, ainda estão em situação de desigualdade em relação aos homens?



Dirlene Silva

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade La Salle, com mestrado em Gestão e Negócios, MBA Finanças Corporativas, MBA Gestão de Pessoas, Pós-MBA em Inteligência Emocional e formações em Mentoria Organizacional, Coach Financeiro e Gestão da Emoção. CEO da DS Estratégias e Inteligência Financeira.



Vivemos em uma sociedade que valoriza o poder masculino em detrimento do feminino. Os direitos das mulheres ainda são recentes. Há menos de 60 anos as mulheres podem trabalhar livremente no Brasil - até 1962 elas precisavam de autorização do pai ou do marido para trabalhar fora de casa. Além disso, somente a última Constituição brasileira, a de 1988, reconheceu a igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Apesar dos avanços nos últimos anos, como o crescimento da presença feminina no ensino e no mercado de trabalho e a redução de diferenças salariais entre homens e mulheres (de 30% para 22%), as mulheres ainda precisam de esforços extras para demonstrar capacidade e conquistar espaços.

O fato é que para as mulheres, além de educação, é preciso também ação. Pensar e agir de maneira estratégica. Trazendo isto para a vida financeira, além de conhecimentos, as mulheres precisam, sobretudo, entender e praticar ainda mais a diferença entre educação financeira e inteligência financeira, visto que o conhecimento só traz resultados quando é colocado em prática.

A educação financeira é o processo de aprendizado sobre finanças, enquanto a inteligência financeira pressupõe agir de maneira inteligente com o dinheiro. Desta forma, a inteligência financeira é composta por ações e comportamentos com base nos conhecimentos adquiridos na educação financeira.

A inteligência financeira está diretamente relacionada à inteligência emocional, visto que a recente economia comportamental demonstra que o comportamento financeiro não é totalmente racional, como se acreditava, e é influenciado por nossas emoções, podendo ser, algumas vezes, mais emocional do que racional.

A inteligência financeira é a habilidade de ter as ações com dinheiro sob controle, ou seja, conhecer exatamente suas capacidades financeiras, de forma que quando se adquire algo se faz pela real necessidade e sabe-se exatamente a capacidade de pagamento. Também pressupõe não ter atitude impulsiva, sabendo a diferença entre preço baixo, preço alto e preço justo.

Assim, apresento a seguir as principais habilidades que demonstram inteligência financeira:

- **Reconhecer as capacidades financeiras**
- **Proteger o dinheiro**
- **Melhorar as relações financeiras**
- **Fazer mais dinheiro**
- **Olhar para o futuro**



1. RECONHECER AS CAPACIDADES FINANCEIRAS

Esta é a premissa da inteligência financeira. O ponto de partida e de ação para agir de forma inteligente com as finanças é reconhecer suas capacidades financeiras, o que requer domínio sobre as finanças pessoais, sendo essencial saber exatamente qual o rendimento bruto, líquido e gastos.

A partir do reconhecimento das capacidades será possível iniciar um orçamento, que nada mais é do que organizar de forma visual (podendo ser em um caderno, planilha ou aplicativo) a vida financeira.

O passo seguinte é o planejamento financeiro, feito através do orçamento, que prevê possibilidades de ações financeiras futuras. No caso, se o saldo está negativo, é preciso adotar ações para solucionar o problema, como negociar dívidas, reduzir gastos, etc. Já se o saldo está positivo, que é sempre a situação desejada, deve-se buscar a melhor opção de investimento.

2. PROTEGER O DINHEIRO

É a capacidade de cuidar do dinheiro, evitando pagar por coisas desnecessárias, como juros e tarifas, ou cair em golpes.

Pesquisas dos órgãos de proteção ao crédito revelam que esquecimento é o terceiro maior motivo de inadimplência. O não recebimento da fatura de energia elétrica, do telefone, do cartão de crédito, boleto da escola/faculdade ou qualquer outro tipo de mensalidade que tenha um contrato assinado é um esquecimento que custa caro. Por isto, é importante um método de controle e lembrete da data de vencimento para estas contas.

Contudo, os maiores vilões dos juros são o cheque especial e o rotativo do cartão de crédito. Os juros variam de 200% a 400% ao ano.

Para proteger o dinheiro, não pagar ou pagar menos tarifas é um trunfo. Pela *Resolução do Banco Central* que determina que todos os brasileiros tenham direito a uma conta corrente gratuita (livre de tarifa de manutenção) em qualquer banco, é possível eliminar um custo financeiro mensal de, em média, R\$ 50,00, o que significa R\$ 600,00 ano. Usar o Pix ao invés dos tradicionais DOC ou TED para transferências entre contas e possuir um cartão de crédito sem anuidade com *cash back* ou outro programa de pontos também representam ótimas ações de proteção ao dinheiro.

Durante a pandemia os golpes financeiros aumentam em mais de 80%, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Os tipos de golpes são os mais diversos, contudo os mais comuns referem-se a ganhos de prêmios, promessas de rendimentos muito acima do praticado pelo mercado para aplicações e roubo de dados.

3. MELHORAR AS RELAÇÕES FINANCEIRAS

É a capacidade de analisar e questionar os hábitos financeiros de forma a melhorá-los. Quem nunca ouviu falas ou piadas de que as mulheres gastam demais? Embora pesquisas apontem que homens gastam em média 42% mais que as mulheres e que na sociedade atual as mulheres pagam suas próprias compras,



ainda o consumo em exagero é relacionado às mulheres.

Por isto, melhorar as relações financeiras é uma forma de agir estrategicamente com inteligência financeira, utilizando a Regra dos 3 P's, fazendo a seguinte análise antes de consumir um determinado bem:

- **Por que comprar? (testa a utilidade)**
- **Preciso? (testa a urgência - preciso neste exato momento)**
- **Posso pagar? (significa pagar sem sacrifícios, como utilizar limite da conta, rotativo do cheque especial ou abrir mão de um sonho)**

Esta simples análise pode significar um livramento de dívidas futuras. Outra ação estratégica para melhoria das relações financeiras é o questionamento dos hábitos de consumo, pois normalmente (quase sempre) estes hábitos são, na verdade, apenas um cumprimento dos padrões impostos pela sociedade.

Por que comprar o produto X, se Y tem a mesma funcionalidade, tem boa qualidade e é vendido por um preço 30% menor que o preço de X?

Nesta mesma linha, também analise e busque reduzir os consumos exagerados como excesso de lâmpadas ligadas, uso de água, de gás, vários planos de assinaturas, etc.

4. FAZER MAIS DINHEIRO

É a capacidade de aumentar a fonte de renda, seja para complementar o orçamento ou para realizar um projeto específico. Existem duas formas honestas de fazer mais dinheiro: uma é trabalhando mais, ou seja, ter uma fonte de renda extra; a outra é investir.

Pessoas que adoram cozinhar optam por fazer marmitas, doces ou salgados. Pessoas que gostam de moda optam por abrir lojas físicas ou virtuais. Pessoas que gostam de ensinar vão dar aulas particulares e pessoas que gostam de dirigir vão trabalhar em aplicativos.

As opções de atividades para renda extra, felizmente, são muitas. Ter um propósito, aliando

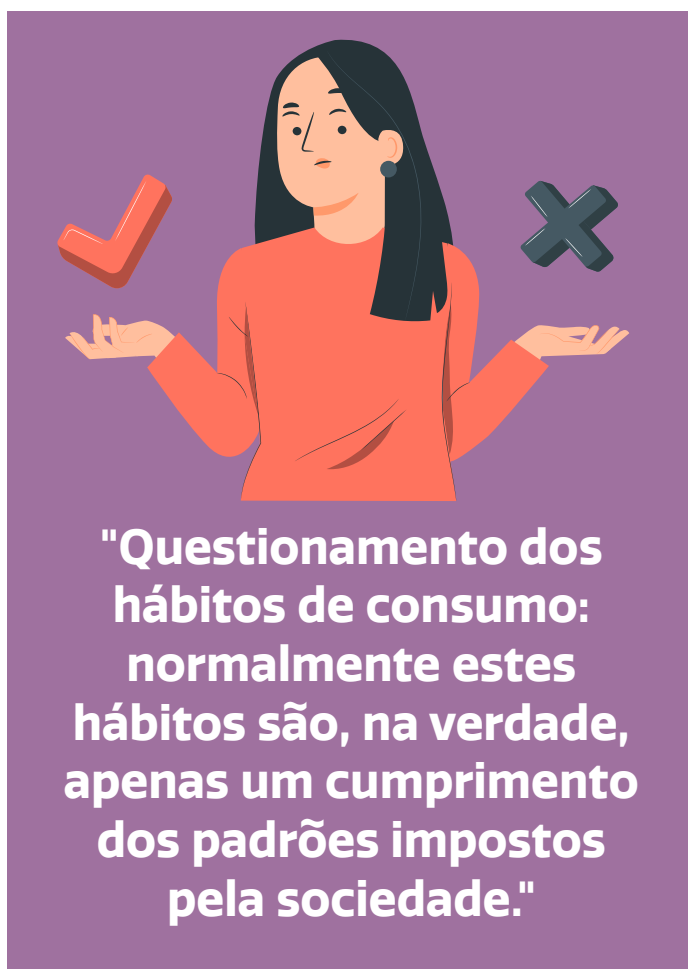
um *hobby* a um trabalho rentável é, sem dúvida alguma, agir de maneira estratégica e inteligente.

5. OLHAR PARA O FUTURO

É capacidade de viver o presente em sua plenitude, mas vislumbrando o futuro. Em resumo é a capacidade de planejamento.

Não é segredo que a maioria das pessoas que estão no mercado de trabalho hoje não irão se aposentar. As relações de trabalho têm mudado. A expectativa de vida aumentou, a pirâmide etária do Brasil se inverteu e a previsão é que até 2050 a maior parcela da população terá mais 50 anos. Ou seja, pensar no futuro é estratégico e é urgente.

Falar em pensar no futuro remete a investimentos e, quando se fala em investimento, o primeiro passo é constituir uma reserva de emergência. Lembrando que a reserva de emergência é o valor que vai cobrir seus gastos essenciais por um determinado período, geralmente de seis meses a um ano, em caso de perda de fonte de renda.



A recomendação para constituir uma reserva é partir dos gastos essenciais com base em um período de tempo. Se, mensalmente, os gastos essenciais são de R\$ 4.000,00, seria preciso uma reserva de emergência de, no mínimo, R\$ 24.000,00 para sobreviver 6 meses sem renda. Poupano no mínimo R\$ 400,00 por mês (10% dos gastos essenciais) durante 60 meses, em 5 anos você teria os R\$ 24.000,00 ao final do período. Obviamente o montante será maior, dependendo do tipo de investimento escolhido.

Estabelecida a reserva de emergência, é hora de pensar em investimentos propriamente ditos e até em independência financeira, adotando um planejamento estratégico para a sua vida.

Então, a partir disto, busque adequar a vida a regra 50-30-20:

“A regra 50-30-20 pressupõe que devemos utilizar 50% da renda para os gastos fixos e essenciais como moradia, alimentação e educação; 30% com estilo de vida como roupas e lazer, destinando 20% para investimentos” (Infomoney, 2021).

Por fim, este artigo apresentou as principais habilidades que demonstram inteligência financeira. Colocar o conhecimento em ação, agindo de forma inteligente e estratégica, é valioso para a todos. Entretanto, para as mulheres pode significar um diferencial determinante nos avanços sociais e, conseqüentemente, na redução da desigualdade de gênero, tendo em vista que o caminho para o crescimento feminino vai além da educação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGO 19. Acesso a informação e direito das mulheres. São Paulo, 2016

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 3.919/2010. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3919_v4_P.pdf

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2015

CORREIO BRAZILIENSE. População de idosos vai triplicar até 2050 no Brasil. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/08/30/internas_economia,546485/populacao-ido-sa-vai-triplicar-ate-2050-revela-pesquisa.shtml

EDUCA MAIS BRASIL. O que é patriarcado? Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patriarcado>

Empreendedor. Negócios e gestão. Mulheres empreendem mais que os homens. Disponível em: <https://empreendedor.com.br/noticia/mulheres-empreendem-mais-que-os-homens/>

ÉPOCA NEGÓCIOS. Conheça a teoria que deu a Richard Thaler o nobel de economia. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/10/entenda-teoria-que-deu-richard-thaler-o-nobel-de-economia.html>

HOUSEL, Morgan. A psicologia financeira. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021

IBGE. Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

INFOMONEY. Regra 50-30-20: Conheça um método para organizar suas finanças. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/regra-50-30-20-conheca-um-metodo-para-organizar-suas-financas/>

KIYOSAKI, Robert. Pai rico, Pai pobre. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017

NAVARRO, Roberto. Coaching Financeiro. Rio de Janeiro: Momentum Editora, 2014

POLITIZE. Direitos das Mulheres. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-mulheres-no-brasil/>

PORTAL UOL. Só 21% dos brasileiros tiveram educação financeira. Disponível em: <https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/so-21-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-infancia-aponta-pesquisa-ibope-c6-bank/>

REVISTA NEWS. Febraban alerta para aumento de golpes financeiros na pandemia. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2020/09/23/febraban-alerta-para-aumento-de-golpes-financeiros-na-pandemia/>

SILVA, Dirlene. Educação Financeira x Inteligência Financeira. Afinal, qual a diferença? Prateleira de Mulher. Disponível em: <https://prateleirademulher.com.br/educacao-financeira-inteligencia-financeira-afinal-qual-a-diferenca/>

SILVA, Dirlene. Quem manda no seu dinheiro: A razão ou a emoção? Banco Pan. Disponível em: <https://www.bancopan.com.br/blog/publicacoes/opiniao-quem-manda-no-seu-dinheiro-a-razao-ou-a-emocao.htm>

SILVA, Dirlene. Renda extra: Vamos fazer dinheiro? Banco Pan. Disponível em: <https://www.bancopan.com.br/blog/publicacoes/dirlene-silva-sugestoes-de-renda-extra.htm>

SERASA. Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>

VALOR INVESTE. Homens gastam mais que mulheres. Disponível em: <https://glo.bo/3K11rUk>

O COFECON QUER CONHECER O PERFIL DAS MULHERES ECONOMISTAS E DAS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Responda à pesquisa da Comissão Mulher Economista e contribua para o desenvolvimento de projetos e ações focados na temática feminina. Acesse o site do Cofecon: www.cofecon.org.br



Os desafios da mulher empreendedora

Por Ivone Maria da Silva

O Brasil se destaca no mundo por ter uma grande presença feminina na área de negócios e que cresce a cada dia, embora as mulheres ainda enfrentem um ambiente social e empresarial desfavorável e pouco acolhedor. Sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras, o Brasil, segundo levantamento do programa de pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), com a participação de 49 nações, tem mais de 24 milhões de mulheres empreendedoras, que geram empregos e movimentam a economia.

Ainda segundo dados do GEM, no mundo, as mulheres empreendedoras estudam 16% a mais do que os homens, dedicando, em média, 8,5 anos à formação intelectual. Em contrapartida,

ganham menos: o rendimento médio mensal das empresárias é 22% menor em comparação com o dos homens. Obviamente, isto se dá em razão do preconceito que ainda existe em grande parte do planeta em relação à participação da mulher nos negócios.

Por outro lado, muitas mulheres precisam dividir a administração de suas empresas com tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, o que lhes obriga a dispensar menos tempo à atividade empreendedora. Como executivas (diretoras ou gerentes) de empresas, também costumam receber rendimentos inferiores aos dos homens, ainda que exerçam funções idênticas.

Ivone Maria da Silva

Economista, empresária e diretora da Imase Soluções Empresariais, em Goiânia- GO. É conselheira no Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon-GO) e conselheira classista no Conselho Administrativo Tributário de Goiás (CAT-GO).



Apesar da injustiça explícita, isto não tem sido obstáculo para que a mulher alcance participação destacada na economia mundial, como mostrou também o relatório “Mulheres na gestão empresarial: argumentos para uma mudança”, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra, que ouviu mais de 13 mil empresas de mais de 70 países.

De acordo com esse levantamento, instituições que passaram a ser lideradas por mulheres obtiveram aumento nos lucros, mais facilidade para atrair e reter talentos, melhora na criatividade e inovação e progressos em relação à reputação das empresas. No caso do Brasil, de 451 empresas entrevistadas, mais de 71% garantiram que ter iniciativas em favor da maior participação feminina aumentou seus resultados financeiros. Dessas empresas, 29% informaram que os lucros cresceram entre 10% e 15%, enquanto 26% apontaram ganhos 5% a 10% maiores.

Pesquisa do Sebrae

Levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) confirma a existência de aproximadamente 24 milhões de mulheres empreendedoras no País, mas acrescenta outros dados interessantes: a taxa de mulheres que começam a empreender por necessidade (44%) é maior que a dos homens (32%); donas de negócio ganham 22% a menos que os donos de negócio; uma parcela expressiva

de empreendedoras trabalha no domicílio (diferente dos homens empreendedores); seus negócios empregam menos em média; e mulheres empreendedoras tomam ou têm acesso a menos empréstimos nas agências bancárias.

O que se percebe de forma empírica, no dia a dia, é que a própria mulher, geralmente, entende que não sabe ou ainda não se preparou suficientemente para atirar-se a uma atividade empreendedora ou, então, que não está preparada para enfrentar as dificuldades que, com certeza, hão de se levantar a cada empreendimento. E, por isso, hesita em iniciar um negócio e, quando o faz, é geralmente entre as quatro paredes de seu lar. Seja como for, a verdade é que a mulher precisa batalhar mais que os homens para se tornar uma empreendedora de sucesso, enfrentando obstáculos levantados por fenômenos sociais como machismo, sexismo e preconceitos racial e social.

Superadas essas dificuldades, não há dúvida de que o empreendedorismo é o melhor caminho para a mulher deixar de lado uma vida subalterna e obscura, pois, ao empreender com sucesso, ela conquista a independência financeira, o que lhe permite colocar em prática seus sonhos e construir a vida que sempre idealizou.

Não se pode também deixar de ressaltar que a presença feminina no ambiente econômico-financeiro abre outras possibilidades, pois não só as mulheres têm um modo diferente de olhar o mundo, como costumam apontar soluções que fogem do comum, descobrindo oportunidades

“De acordo com esse levantamento, instituições que passaram a ser lideradas por mulheres obtiveram aumento nos lucros, mais facilidade para atrair e reter talentos, melhora na criatividade e inovação e progresso em relação à reputação das empresas.”

que podem ser exploradas. Para tanto, porém, é importante que a empreendedora saiba reunir ao seu redor as pessoas certas, ou seja, profissionais capazes de alavancar o empreendimento e levá-lo ao sucesso.

Workshops e networking

Em tempos de pandemia de coronavírus (covid-19), tornou-se igualmente fundamental a realização de reuniões virtuais e *workshops* em que os conhecimentos são transmitidos de uma forma prática e dinâmica. Sem contar que o *workshop* funciona como uma ferramenta valiosa de motivação e engajamento, já que estimula um novo olhar sobre determinado assunto.

Aliás, é igualmente fundamental fazer um *networking*, reunindo não só funcionários como pessoas com objetivos similares, ou seja, criando uma rede de relacionamentos ou rede de contatos em que as pessoas possam trocar informações e conhecimentos entre si. Dessa maneira, a missão de levar um negócio adiante deixa de ser uma tarefa solitária. E a ação empreendedora passa a ser cada vez

"A mulher precisa batalhar mais que os homens para se tornar uma empreendedora de sucesso, enfrentando obstáculos levantados por fenômenos sociais como machismo, sexismo e preconceitos racial e social."

mais colaborativa e lucrativa, pois torna-se uma atividade em que todos ganham. Nesse sentido, a capacidade da mulher de aglutinar e motivar os seus parceiros comerciais e colaboradores torna o empreendedorismo feminino não só mais desafiador, como mais vantajoso.



Qual o mercado de trabalho que queremos?

Por Flávia Vinhaes

A Reforma Trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, foi precedida por dois anos de recessão e seguida por outros anos de estagnação e de pandemia. Sendo assim, não é tarefa fácil isolar os impactos da Reforma no mercado de trabalho e as consequências do baixo crescimento econômico e do distanciamento social necessário ao combate da Covid-19, que impossibilitou várias atividades produtivas.

Entretanto, o novo estatuto do trabalho fez parte de um arcabouço de decisões que nortearam a política econômica a partir do golpe de 2016. O período foi marcado por uma total ausência de projeto de crescimento e de desenvolvimento econômico, assim como pela supressão de um projeto soberano para o nosso país. Essa nova

orientação pode ser observada por meio de fatos como o aprofundamento da desindustrialização, que levou o país a um reposicionamento regressivo na Divisão Internacional do Trabalho, marcado pelo retorno ao modelo econômico primário exportador; e também pela aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que impôs a contração do investimento público em diversos setores, a ausência de políticas contracíclicas que pudessem imprimir um ritmo de crescimento econômico necessário à geração de empregos e a alta informalidade potencializada pela nova legislação trabalhista, com os previsíveis impactos em termos de arrecadação. Tudo isso simultaneamente à maior crise sanitária dos últimos tempos.

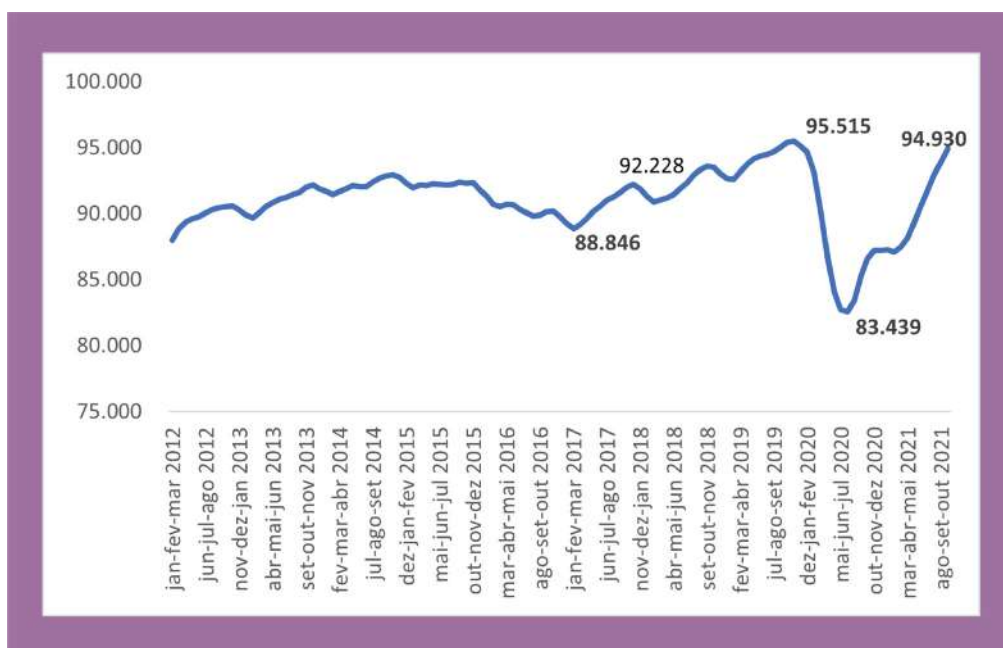
Flávia Vinhaes

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), com experiência na área de Economia, com ênfase em Mercado de Trabalho e Proteção Social. Atualmente atua como Economista do IBGE na Coordenação de Emprego e Renda e Presidente do Corecon-RJ.



Muito distante do que o Ministro da Fazenda em exercício no ano da aprovação da nova legislação havia previsto (que a Reforma geraria 6 milhões de novos empregos)¹, o que se viu foi um crescimento da ocupação média/ano de 0,51%, entre 2017 e 2021. Ou seja, incapaz até de acompanhar o crescimento vegetativo e fortemente concentrado em ocupações marcadas pela informalidade. Dados divulgados pela PNAD Contínua-IBGE, relativos ao trimestre finalizado em novembro de 2021 (últimos dados divulgados até o momento da edição desta revista), mostraram que o contingente de pessoas ocupadas, em qualquer posição na ocupação, ainda se mantinha abaixo do período pré-pandemia, quando a taxa de desemprego já gravitava em torno de 12,4%. O movimento da ocupação nos anos recentes pode ser observado no gráfico que se segue.

Gráfico 1. Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência (em mil pessoas) – 2012-2021

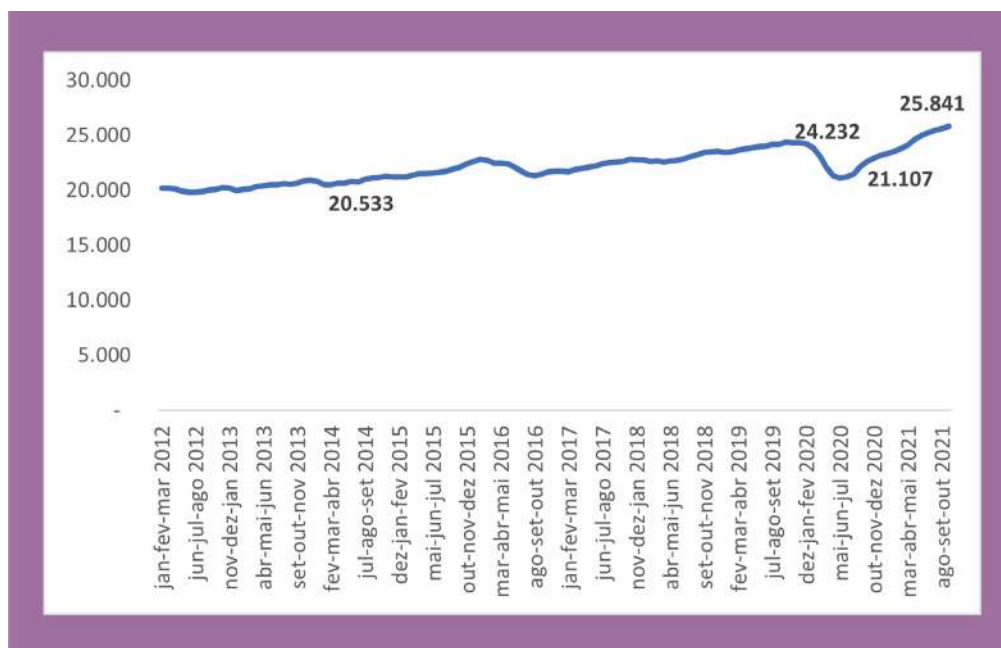


Fonte: Pnad Contínua-IBGE

A alteração de 117 artigos da legislação trabalhista teve como foco retirar o sistema público de proteção social da negociação entre empregado e empregador. Várias normas trabalhistas foram suspensas, a revogação do direito do trabalho introduziu a figura do trabalhador igual ao patrão, ignorando a relação assimétrica que existe entre ambos, antes presente na ideia de classe hipossuficiente e que, por isso, se fazia necessária uma justiça do trabalho que fosse separada da justiça civil, tratando desigualmente atores sociais desiguais. Vimos o desmonte de mecanismos de fiscalização, a fragilização sindical e a mudança nas negociações coletivas. Também foi suprimida a fiscalização no momento de dispensa do trabalhador, que simboliza uma destruição de mecanismos de proteção ao trabalhador nesta relação tão particular e desigual que permeia as relações de trabalho.

O próximo gráfico mostra o recorde de ocupações por conta própria, no trimestre finalizado em novembro de 2021. Esta posição na ocupação se caracteriza pela ausência de garantias trabalhistas e por remunerações assistemáticas e inferiores às dos trabalhadores protegidos por um contrato de trabalho. Era a ampliação deste tipo de ocupação que os gestores públicos planejavam ao elaborar a nova legislação trabalhista?

Gráfico 2. Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência como Conta própria (em mil pessoas) – 2012-2021



Fonte: Pnad Contínua-IBGE

Assim, o cenário que se desenhou em 2021 foi de lenta retomada da ocupação, fortemente concentrada no trabalho informal (mais informal do que em 2017) e marcada pela queda do rendimento médio real do trabalho. Ou seja, o mercado de trabalho começa a se recuperar da pandemia, mas mantendo alto patamar de desemprego (a segunda maior taxa de desocupação da série histórica no ano) e com postos mais precários.

Aqui devemos retornar ao título do artigo: qual mercado de trabalho nós queremos? É possível que a criação de ocupações periféricas, contratos atípicos e relações informais de trabalho provoquem alguma elevação da ocupação? Eu diria que, diante de algum crescimento econômico, qualquer forma de contratação se expande.



Entretanto, a quem serve a defesa de um mercado de trabalho desestruturado? Pela ótica econômica, todos os setores se beneficiam quando ocorre um aumento do poder aquisitivo da população e uma melhoria nas condições de vida do trabalhador. É o aumento da demanda agregada que gera crescimento econômico e toda a sociedade é favorecida por este movimento. A expansão do emprego, e aqui me refiro

ao emprego formal, potencializa a arrecadação, que, junto com a melhora da economia, favorece as contas públicas. Portanto, não há argumento econômico na defesa de um mercado de trabalho desestruturado.

O que se observa é uma resistência política à melhor estruturação do emprego. A organização do trabalho se dá em ambientes produtivos mais estruturados, com garantias aos direitos trabalhistas, possibilitando a criação de um espaço fértil à luta de classes e, portanto, à busca por melhores condições de trabalho e remuneração. Fraturar a espinha dorsal do trabalhador significa submetê-lo a qualquer condição de trabalho que interesse aos empregadores competidores no mercado de bens e salários, com baixa absorção tecnológica e adensamento de cadeias industriais. É desta forma que o país vem se inserindo no processo de concorrência global, através de setores menos dinâmicos e tecnologicamente mais precários e intensivos em mão de obra.²

"Pela ótica econômica, todos os setores se beneficiam quando ocorre um aumento do poder aquisitivo da população e uma melhoria nas condições de vida do trabalhador."



Essa estratégia de competitividade espúria, que leva o Brasil a concorrer com países como Bangladesh e Paquistão através dos setores mais primitivos da estrutura produtiva mundial, compromete a organização econômica e social do país e impossibilita a própria potência de um mercado interno de dimensões continentais.³

Em recente podcast do Corecon-RJ⁴, o pesquisador do Ipea André Calixtre, ao analisar a possibilidade de revogação da Reforma Trabalhista brasileira - no caso de um candidato progressista ser o vencedor do pleito que irá ocorrer no final de 2022 -, falou sobre a necessidade de uma Reforma de cunho civilizatório. Pontuou que não basta revogar a nova legislação e retornar à antiga CLT; afinal, as novas formas de trabalho, como o *home office* e o trabalho em plataforma, demandam uma legislação urgentemente.

Até os projetos mais liberais podem manter um compromisso com a civilidade. Este foi o modelo adotado pela Dinamarca, uma combinação de flexibilidade com segurança no emprego (*flexsecurity*). Neste país, em torno de 30% do emprego é público e não há leis que regulem o trabalho privado. O arcabouço legal se restringe ao financiamento do seguro-desemprego de base fiscal além do compromisso do Estado em gerar novos postos de trabalho a cada ano.

Recentemente vimos a Reforma Trabalhista espanhola, que serviu de inspiração para a Reforma brasileira durante o governo do ex-presidente Temer, sendo revogada. Ainda que as alterações tenham ocorrido de forma pontual, este foi um movimento de importante valor simbólico. Tratou-se mais de uma revisão de alguns pontos do estatuto do trabalhador do que de uma revogação por completo do que havia sido instituído em 2012. Um importante fato acerca desta revogação é que ela se deu a partir de uma negociação tripartite, onde empresários, sindicatos e parlamentares buscaram consensos acerca de diversos temas, muito distinto do que ocorreu no Brasil, cuja legislação votada foi definida sem o necessário debate com a sociedade.

Quanto à preocupação de que a revogação ou reversão de pontos da nova legislação possa

causar alguma insegurança jurídica, é importante que se diga que a mencionada Reforma não entregou o que havia prometido. Já se passaram cerca de cinco anos de sua aprovação e o número de desocupados, que era de algo em torno de 6 milhões em 2014 (portanto, antes da Reforma), saltou para 15,1 milhões (após a Reforma) no início de 2021. Dessa forma, o que se observa é que além da aprovação dessa nova legislação do trabalho, as opções de política macroeconômica adotadas no período também não foram bem-sucedidas. Sobre a variação no patamar de desocupados, segue gráfico.

Gráfico 3 – População de 14 anos ou mais desocupada na semana de referência (em mil pessoas) – 2012-2021



Fonte: Pnad Contínua-IBGE

A partir de um projeto de destruição da nação brasileira, que se iniciou em 2016, os desafios que se colocam para um próximo governo demandarão muita seriedade e coragem. O candidato que até o atual momento tem a preferência dos eleitores já externou a sua intenção de reverter esta Reforma que tão prejudicial foi aos trabalhadores, aprofundando a pobreza, a informalidade e o desemprego. A população bem sabe onde lhe aperta o calo e tudo indica que apoiará um projeto mais inclusivo, humano, democrático e soberano. A ver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

i <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/10/30/reforma-trabalhista-vai-gerar-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>

ii Santos, A; Gimenez, D. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista.

iii idem.

iv <https://open.spotify.com/episode/14MCrjUxplwHP3KFx9N0w9?si=3F8I2favRgeFDYupDeWFWQ&nd=1>

Prêmio

Paul Singer

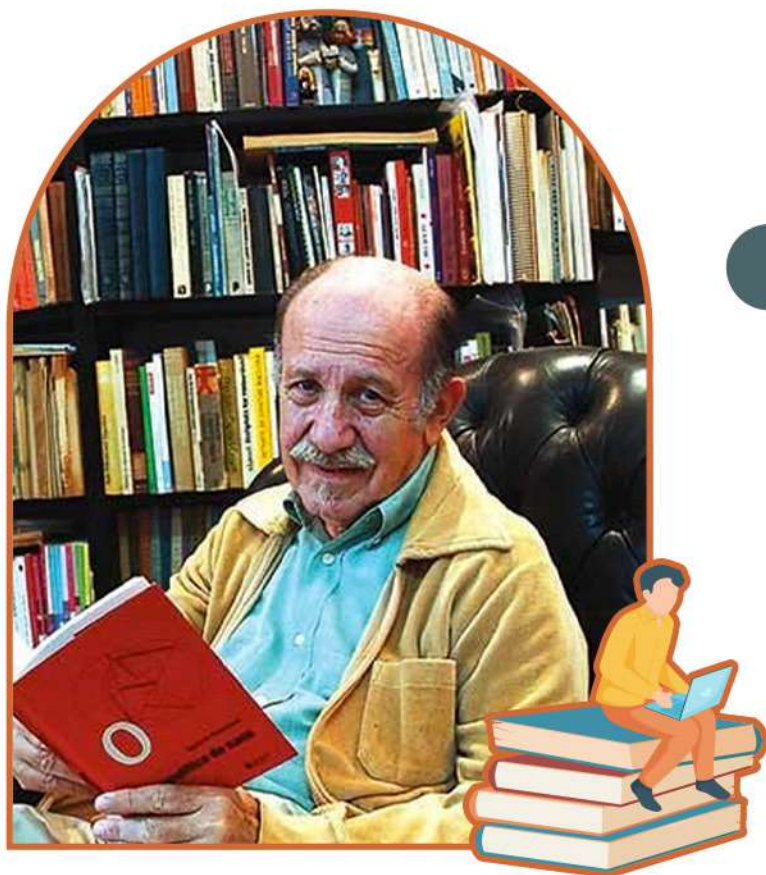
de Boas Práticas acadêmicas

Inspiração e
reconhecimento
caminham juntos

R\$ 10 MIL EM PRÊMIOS!

Inscrições abertas

de 31/01 a 29/04



Categorias:

Incubação de Projetos

Reconhecerá iniciativas inéditas de economia solidária planejadas, organizadas e empreendidas pelos autores inscritos.

PRÊMIO DE R\$ 4 MIL

Assessoramento de Projetos

Reconhecerá o apoio dos autores a projetos já existentes de economia solidária.

PRÊMIO DE R\$ 6 MIL

Inscreva-se em

cofecon.org.br/premiopaulsinger

A urgência de uma agenda desenvolvimentista sustentável e inclusiva para as mulheres e meninas

Por Ana Cláudia Arruda Laprovitera

A crise econômica provocada pela pandemia acrescentará mais de 200 milhões de pessoas à pobreza extrema até 2030, elevando o número total para mais de um bilhão, segundo dados projetados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) publicados no estudo intitulado *'Impact of Covid-19 on the Sustainable Development Goals'*, dez. 2020. Grande parte dessa população, localizada no Sul Global (com grande concentração na África subsaariana e Ásia e um percentual significativo nos países da América Latina e Caribe), teve uma grande deterioração nas suas condições de vida durante a pandemia, aumentando o nível global de pobreza. Somente programas governamentais efetivos e eficientes de acesso à saúde, educação,

transferência de renda e conectividade poderão mitigar estes efeitos.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em relatório intitulado *'La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad'* (fev/2022), estima que a Covid-19 gerou um retrocesso de mais de uma década nos níveis de participação no mercado de trabalho das mulheres da região, com efeitos desconcertantes sobre suas autonomias sociais e econômicas. Com a queda da atividade econômica na América Latina, estima-se que no ano de 2020, cerca de 118 milhões de mulheres latino-americanas viviam em situação de pobreza, 23 milhões a mais que em 2019. A taxa de participação das mulheres latino-

Ana Cláudia Arruda Laprovitera

Graduada em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), com mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Católica de Pernambuco e Conselheira Federal do Cofecon.



americanas no mercado de trabalho foi de 46% em 2020, tendo sido de 52% no ano de 2019.

O impacto da pandemia no mercado de trabalho feminino foi devastador sobre as mulheres e sobre as suas famílias. Muitas sustentam sozinhas as suas famílias. As causas da perda de postos de trabalho devem-se, em grande parte, aos setores econômicos em que essas mulheres estavam empregadas e que foram fortemente afetados com a pandemia, a exemplo do turismo, restaurantes, comércio e manufaturas, amplamente empregadores de mão de obra.

Além dos setores mencionados, outra atividade fortemente afetada e muito demandada pelas famílias latino-americanas, o trabalho doméstico remunerado, que emprega um número significativo de mulheres pela sua natureza (não ser remoto), foi fortemente ceifado durante a pandemia. No Brasil, no período de abril-junho 2020, ocorreu uma redução de 24,7% no número de pessoas empregadas nos serviços domésticos e, no Chile, a redução no mesmo período foi da ordem de 46,3%. Os dados apontam, também, para um número significativo de mulheres que saíram voluntariamente do mercado de trabalho durante a pandemia para atender às demandas de cuidados em seus domicílios com crianças pequenas, idosos, familiares doentes e trabalhos domésticos. Muitas não conseguiram mais retornar ao mercado de trabalho. Houve claramente, em todos os países da América Latina, um aprofundamento dos níveis de pobreza das mulheres e uma sobrecarga de trabalho não remunerado, impedindo parte significativa dessas trabalhadoras de retomarem às suas

atividades de forma plena. Além disso, o relatório aponta também para as dificuldades de acesso ao mundo digital.

A pandemia acelerou o uso de plataformas digitais e a necessidade de utilização de internet fixa e móvel para a realização do teletrabalho, o que constituiu uma barreira para muitas mulheres, tendo em vista não possuírem recursos próprios para arcarem com os custos de acesso à internet e pelas dificuldades de acessibilidade às redes digitais. O relatório destaca, ainda, que as mulheres estiveram na linha de frente no combate à pandemia: 73,2% dos profissionais empregados no setor de saúde da América Latina são mulheres, que tiveram que enfrentar condições de trabalho extremas, de elevado risco de contaminação e com renda 23,7% inferior à dos homens, atuando no mesmo setor de atividade. No Brasil, este percentual é ainda maior: 75,7% (2019) dos profissionais de saúde são mulheres e recebem renda 27,3% inferior aos homens no mesmo setor de atividade.

Face ao exposto, os desafios são enormes para o enfrentamento dessas questões fundamentais para assegurar o adequado processo de desenvolvimento econômico com inclusão social e produtiva. As necessidades dos pobres e das classes trabalhadoras só pioraram durante a pandemia.

Para superar o quadro de pobreza da economia serão necessárias políticas públicas claras e assertivas de forte cunho social e produtivo. A China é um caso clássico de país que, em 2019 (antes da pandemia), entrou no último estágio do seu programa de erradicação da pobreza, tornando-se uma das economias

“Houve claramente, em todos os países da América Latina, um aprofundamento dos níveis de pobreza das mulheres e uma sobrecarga de trabalho não remunerado, impedindo parte significativa dessas trabalhadoras de retomarem às suas atividades de forma plena.”

mais dinâmicas do mundo, retirando mais de 800 milhões de pessoas da extrema pobreza.

O Brasil possuía, no ano de 2021, cerca de 14 milhões de brasileiros na extrema pobreza, 14,4 milhões de desempregados e mais de 600 mil mortos por covid-19, fruto, na sua grande parte, da irresponsabilidade e do negacionismo do governo federal, além de disfunções em outros níveis de governo, como também da ausência de uma visão lúcida e socialmente responsável de setores privados e lideranças sociais.

Do ponto de vista das transformações que estão ocorrendo no mundo, estratégias desenvolvimentistas baseadas no keynesianismo social e produtivo e em outras matrizes teóricas vêm sendo adotadas intensivamente, tanto pelo governo Biden, nos EUA, quanto pela União Europeia, tendo em vista o necessário esforço de reconstrução das economias no pós-pandemia de Covid-19. Com efeito, a política econômica adotada em 2021 pelo novo presidente dos EUA, Joe Biden, representa uma mudança significativa no papel do Estado no processo de desenvolvimento e crescimento econômico, e vai na mesma linha e intensidade dos governos da União Europeia. Neste contexto, deve-se realçar que o Brasil precisa de uma agenda desenvolvimentista para as próximas gerações, na qual muita coisa terá que ser reestudada, desenhada e redesenhada. No mundo todo, práticas inovativas de interesse público vêm sendo conduzidas pelo Estado, onde devem estar concentrados os planos, programas e projetos futuros. Não há progresso sem o Estado. O Estado desenvolvimentista, é, portanto, a chave para recuperar o atraso em que o Brasil se encontra. Elaborar um projeto Nacional de Desenvolvimento para as atuais e próximas gerações é tarefa a ser cumprida e deve ser a prioridade do próximo presidente da República. O Brasil tem pressa, e parte significativa da sua população passa fome. O Estado desenvolvimentista precisa, portanto, aprofundar eixos de atuação significativos e fundamentais:

1) precisamos de um modelo econômico que aprofunde e diga com clareza a situação atual, os conceitos e os mecanismos para as pessoas saírem do estado de pobreza. A pobreza já em si

“No Brasil a persistência da pobreza é uma chaga de natureza crônica.”



Marcello Casal/Arquivo/Agência Brasil

é um entrave ao desenvolvimento econômico. A eliminação da pobreza só se resolve com ações efetivas de políticas públicas voltadas para assegurar a todos o acesso a bens e serviços da sociedade e é para isso que deve servir a política econômica. No Brasil a persistência da pobreza é uma chaga de natureza crônica. O país, mesmo tendo avançado em sua estrutura produtiva e tendo tido governos democráticos progressistas nas últimas três décadas, não conseguiu superar a pobreza. Assim, as políticas de combate à pobreza devem ser prioridade em qualquer projeto de desenvolvimento;

2) precisamos criar dinâmicas e condições para o emprego da mão de obra. A criação de emprego tem que ser um propósito central de qualquer modelo econômico e não uma mera consequência;



Arquivo/Agência Brasil

3) precisamos, também, que esse modelo reconheça a natureza como um objetivo a ser trabalhado de forma sustentável, e não apenas um mero recurso natural consumido irresponsavelmente, pois a vida humana corre risco na sua trajetória sobre a terra;

4) precisamos de um olhar específico para a Amazônia, encontrando uma solução adequada e eficaz própria para a bioeconomia através da revolução técnico-científica;

5) precisamos de uma reforma tributária justa e progressiva sobre a renda, que tribute mais fortemente os mais ricos. O sistema tributário brasileiro

atual penaliza fundamentalmente os pobres;

6) precisamos de uma política de incentivo de fortalecimento da infraestrutura da rede urbana por meio da estrutura de acessibilidade e de investimentos de infraestrutura de serviços públicos (rede de saúde pública e de ensino). É por meio da da rede de infraestrutura de integração física de serviços urbanos e de políticas regionais ativas e explícitas que se incentiva os investimentos privados. Os

grandes laboratórios contemporâneos a serem tomados por referência são a China e a União Europeia.

Por fim, ressalte-se que o maior desafio para as economias latino-americanas e brasileira é a luta pela erradicação da pobreza. Quebrar o círculo vicioso da pobreza é o grande desafio. Para isto, algumas áreas estratégicas devem ser priorizadas no curto prazo, como: comida, moradia, água potável, esgotamento sanitário, educação, transporte público, atendimento médico e a estruturação de redes de conectividade de baixo custo de acessibilidade à internet fixa e móvel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Impact of Covid-19 on the Sustainable Development Goals - <https://www.undp.org/publications/leaving-no-one-behind-impact-covid-19-sustainable-development-goals-sdgs#:~:text=The%20studies%20find%20that%20while,choices%20and%20investments%20in%20governance%20>

La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46633-la-autonomia-economica-mujeres-la-recuperacion-sostenible-igualdad>

**Conhece algum estudante
do ensino médio?**

Então se liga nesse desafio!

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA



**Uma competição virtual para que você conheça
um pouco mais sobre as Ciências Econômicas.
Os vencedores ganham prêmios em dinheiro!**

Inscrições: 04 de abril a 02 de maio
Competição: 02 a 31 de maio

Acesse: desafioquerosereconomista.org.br

O modelo econômico atual e a perpetuação das desigualdades criadas pelo patriarcado e as alternativas para a mudança econômica

Por Pâmela Sobrinho

Introdução

Quando compreendido pela via da práxis política, “ser mulher”, através do papel de gênero utilizado pelo patriarcado, é ser dominada e explorada, é ser uma das principais vítimas da miséria, é ser excluída do cálculo do PIB, é ser oprimida pela dupla jornada de trabalho, ser invisibilizada pelo trabalho do cuidado e tantas outras opressões diárias.

Desta forma, este artigo tem como objetivo explicitar a importância de se repensar as ciências econômicas e o capitalismo, e de apresentar a economia solidária e as políticas públicas como vetores para proporcionar melhores condições às mulheres; além de elucidar que estas não respondem a todas as

perguntas, e que é importante incluir a mulher na escrita de um novo modelo econômico

1.1 O patriarcado como dominação do gênero e os impactos econômicos nas mulheres

É importante entender que o abuso é uma expressão do patriarcado, em que as mulheres são vistas como objeto e não como sujeito social autônomo. Assim, as mulheres perdem sua autonomia, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUÍ, 1985, p. 36), e seu livre arbítrio. A agressão contra a mulher é resultado de uma condição em que mulheres são inferiores aos homens, transformando as diferenças em castas, “[a]o considerá-los discursos masculinos, o que

Pâmela Sobrinho

Economista graduada pelo Centro Universitário Newton Paiva, com MBA em Gestão de Empresas pela FGV e Especialização em Controladoria e Finanças pela ESAB. Analista de arrecadação e colunista do portal Gira Notícias. É conselheira do CORECON-MG e participa do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim. Integrou o time de selecionados para a Economia de Francisco em 2020.



queremos simplesmente notar é que se trata de um discurso que não só fala de 'fora' sobre as mulheres, mas, sobretudo, que se trata de uma fala cuja condição de possibilidade é o silêncio das mulheres” (CHAUI,1985,p.43). Assim, pela concepção do patriarcado, o sujeito feminino é um ser dependente e proibido do direito de pensar, querer e agir. Para Saffioti (1987, p.50):

“O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

Nessa conjuntura, a preponderância na sociedade neoliberal se dá, conforme exposto por Bourdieu (2010), através dos eixos gênero, raça e classe social, gerando maior vulnerabilidade e perpetuando as coligações que não querem perder suas posições de superioridade, e que oprimem as mutações sociais e culturais.

O estereótipo de gênero é fundamental para transformar a mulher num objeto que pode ser explorado e comercializado, e para isso é criada a falácia de superioridade masculina e de privilégio de gênero, trazendo consequências como:

“Mulheres recebem menos que homens para exercerem os mesmos cargos; mulheres são preteridas pelos empregadores dadas às possibilidades de afastamento por gravidez ou para cuidar dos filhos; mulheres pobres ou mães-solo têm jornada dupla [...]; mulheres negras são afastadas dos estudos desde cedo e relegadas a funções relativas ao cuidado; como na cozinha ou limpeza[...]”. (OLIVEIRA, 2019, p.9).

A partir dos estereótipos, a divisão sexual do trabalho oprime exclusivamente as mulheres, que dedicam maior tempo para atividades relacionadas ao cuidado do lar e da família. Segundo estatísticas de gênero do IBGE (2016), na região Sudeste, enquanto os homens dedicavam 10,7 horas por semana a tais atividades, as mulheres entregavam 18,4 horas de seu tempo - quase o dobro. Conforme estudo elaborado pelo órgão (2008), a mulher trabalha mais se for casada, indicando que o marido acaba por aumentar o trabalho doméstico ao

invés de dividí-lo; já para os homens a situação é inversa.

No Brasil, a força feminina (53,3%) no mercado de trabalho é menor se comparada à participação dos homens (71,8%). Essa distribuição do mercado de trabalho não significa apenas a redução da autonomia e de liberdade das mulheres, mas impacta também na acumulação de riquezas. Essa estrutura coopera com a desigualdade, uma vez que o trabalho atribuído aos homens é remunerado, gerando acúmulo do capital, e o trabalho realizado pelas mulheres em casa não é recompensado, sendo pouco estimado socialmente e não derivando em proteção social e econômica. (Ipea, 2019).

Outra dificuldade enfrentada é a dissolução dos casamentos, pois a responsabilidade pelo cuidado com os filhos é da mulher, que além de receber uma renda menor, oriunda do trabalho formal/informal, da dupla jornada de trabalho, muitas vezes não pode contar com uma contribuição regular do homem ou uma contribuição justa para as despesas dos filhos.

Conforme pesquisa realizada pelo IBGE (1995), 22,9% das famílias brasileiras eram comandadas por mulheres; já em 2015, 40,5% das famílias tinham uma mulher como pessoa de referência¹. Neste contexto, os indivíduos abaixo da linha da extrema pobreza (que vivem com menos de US\$ 1,90 diários per capita, segundo o Banco Mundial) concentram-se em determinados arranjos familiares. Em 2018, encontrava-se em situação de extrema pobreza 23,7% das pessoas em arranjos familiares do tipo “mulheres negras



sem cônjuge e com filho menor de 14 anos”, e 13,9% das pessoas em arranjos do tipo “mulheres brancas sem cônjuge e com filho menor de 14 anos”.

A maior ocupação das mulheres fora de seus lares se dá em atividades domésticas. Em 2018, 5,8 milhões de mulheres figuravam num grupo que recebiam menores salários dentre os trabalhos formais e informais - no valor de R\$ 878,00 mensais.

Diante das dificuldades enfrentadas para a inclusão no mercado de trabalho formal, uma das opções femininas é informal, normalmente mais precário e sem proteção social. Desde 2016, no Brasil, mais de 41% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade. Estima-se que 42,6% das mulheres inseridas no mercado de trabalho estão na informalidade, com isso, sofrendo os prejuízos de não terem direito à licença maternidade, ao auxílio-doença e à aposentadoria.

1.2 A crítica feminista ao modelo econômico atual

Entender a raiz da opressão deu ao debate feminista o arcabouço para elaboração de críticas consistente. É preciso trazer à luz a interdependência da produção e da reprodução, pois elas acontecem de forma interligada.

Conforme exposto por Moreno (2014), a visão feminista trouxe para o debate que sem o trabalho invisível das mulheres para garantir a reprodução da vida, mesmo que sem a mediação

Conforme estudo (...), a mulher trabalha mais se for casada, indicando que o marido acaba por aumentar o trabalho doméstico ao invés de dividi-lo, já para os homens a situação é inversa.



de dinheiro, não seria possível a constituição da sociedade neoliberal na qual vivemos. Para a autora, a crítica feminista ao sistema neoliberal está no fato de o capitalismo considerar econômico apenas o que está na esfera mercantil. Entretanto, a batalha atual está em reivindicar o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como econômico - e não apenas uma atribuição biológica e natural, entendendo que o estereótipo de gênero é uma construção cultural e não biológica.

Entretanto, a mudança para as mulheres não surge apenas a partir de políticas públicas, uma vez que, nessa perspectiva, se assim fosse, estaria reforçando o papel das mulheres como únicas responsáveis pelo cuidado e pela maternidade, reforçando papéis femininos como mães, responsáveis pela família e pelo cuidado de dependentes²(CARLOTO E MARIANO, 2010; 2012).

Desta forma, a mudança na situação das mulheres não se dará por meio das políticas públicas ou pelo crescimento econômico. A igualdade entre gêneros é que deve ser o motor da economia, baseado na dignidade das pessoas, sendo sustentável e com equilíbrio entre produção e reprodução, e decidido de forma soberana e democrática. Para isso, é necessário repensar a forma de organização social, com uma sociedade e economia feminista, para que haja uma reorganização do trabalho doméstico e de cuidados para que este deixe de ser considerado uma responsabilidade feminina e passe a ser responsabilidade das famílias. (MORENO, 2014)

1.3 Economia solidária como ferramenta inicial para a mudança econômica

Admitindo que inicialmente o sistema opressor capitalista continuasse vigente e que as políticas públicas neste modelo reforçam os estereótipos de gênero, algumas alternativas foram pensadas para criação de mecanismos de mudança social.

Dentro dessa perspectiva, a economia solidária surgiu como umas das respostas para melhorar o atual modelo econômico e mitigar os problemas enfrentados pelas mulheres. Para entender um pouco sobre o tema, é necessário entender que este é um campo novo das Ciências Econômicas, que emergiu nos anos 90. A economia solidária continua pertencendo ao sistema capitalista, porém com ponto de vista da cooperação, e se mostra adaptativa às necessidades dos indivíduos com a proposta de melhorar a qualidade de vida (SINGER, 2001). Neste modelo, compreende-se que a estruturação econômica pode ir além de sua forma mercantil, incluindo todas as atividades de produção de bens e serviços com o valor de uso. Assim, sua proposta de produção é mais adequada socialmente e ambientalmente, pois desconstrói o princípio individualista e privatista predominantes na cultura da sociedade capitalista e pauta suas ações na solidariedade e no bem comum (RODRIGUES, 2019).

Neste sentido, a economia solidária eliminaria a competição entre mercados e pautaria suas ações em cooperação, funcionando como uma ferramenta microeconômica para combater o desemprego. O foco se daria na inserção de pequenos empresários em nichos econômicos, maximizando as chances de sucesso do segmento, além de priorizar a inexistência de uma gestão baseada na hierarquia, pois todos seriam donos, assim usufruindo dos ganhos e das perdas (SINGER, 2001).

Desta forma, se o poder econômico não estiver centralizado nas mãos de um grupo, mas sim no coletivo, tenderia à queda desta forma de opressão, criando um modelo econômico, que partilha a centralidade do trabalho, as relações simétricas, as decisões democráticas, a autogestão, o comércio justo, o consumo

"A autogestão privilegia a democracia direta, trazendo-a para os processos decisórios, criando práticas e vivências coletivas, combatendo a concentração de poder e a hierarquização das funções."

ético, o desenvolvimento de autonomia e de emancipação social, bem como solidariedade e bem comum (RODRIGUES, 2019).

Conforme Rodrigues (2019), a autogestão privilegia a democracia direta, trazendo-a para os processos decisórios, criando práticas e vivências coletivas, combatendo a concentração de poder e a hierarquização das funções. Os princípios das relações horizontais trazem à tona uma forma de poder com o outro, e não sobre o outro como é pregado no sistema neoliberal, que inclusive usa as sobreposições de opressão para manter seus sistemas de grandes lucros.

Outro aspecto de mudança proposto pela economia solidária é o comércio internacional, com o princípio de comércio justo, reduzindo injustiças e desigualdades, baseado no modelo além da relação comercial, criando um vínculo de cooperação entre consumidores e importadores, desenvolvendo uma economia de proximidade, baseada num consumo ético. Consumir produtos ofertados a partir da exploração humana ou da depredação da natureza torna o consumidor corresponsável pelos seus impactos negativos. Assim, serão banidos do sistema de compra e consumo os países que não se adequarem às normas. (RODRIGUES, 2019).

A economia solidária, contudo, não responde questões relacionadas ao modelo econômico do trabalho doméstico e de cuidado. Segundo dados levantados pela OXFAM, em estudo realizado em 2019, mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado. O valor monetário global desse trabalho representa US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global. A soma é mais de três vezes maior que o estimado para toda indústria de tecnologia do mundo.

A economia solidária aponta que as ações coletivas devem partilhar o trabalho necessário para a produção da vida social, incentivando ações que não procedem somente do interesse material calculado, proporcionando uma lógica de aliança e gratuidade. Entretanto, não responde como mitigar o problema, uma vez que, dentro do atual sistema, este trabalho reprodutivo e não remunerado sobrecarrega as mulheres com a responsabilidade familiar, impedindo a participação no mercado de trabalho formal ou provocando a dupla jornada de trabalho.

A forma justa de resolução deste problema seria uma reformulação do pensamento das Ciências Econômicas, incluindo os trabalhos domésticos e de cuidado no cálculo econômico. Para amenizar tais problemas, implica cobrar um papel atuante do Estado na promoção de políticas públicas do cuidado, criar creches públicas com vagas e horários que atendam às demandas das mães, incentivar políticas voltadas para o fornecimento de alimentação de qualidade e saúde integral. É fundamental, conforme abordado por Mello e Marques (2019, p. 396), “discutir as reais condições de inclusão produtiva das mulheres considerando a desigualdade salarial, a precariedade do seu vínculo de emprego e a prevalência do emprego doméstico como condição de ‘liberação’ das mulheres de classe média/alta das funções domésticas em detrimento de um contingente amplo de negras e pobres”.

Assim, anuindo com a ideia de que “nunca alcançaremos uma mudança real se não atacarmos diretamente a raiz dos papéis femininos” (FEDERICI. Silvia, 2019, p. 49), entende-se que:

“integrar essas esferas é um desafio, mas imprescindível, às sociedades que buscam construir e garantir igualdade de gênero e justiça social, a fim de que os paradigmas oriundos do controle e coerção social imputados às mulheres sejam superados, para que elas possam, a partir de então, utilizar sua capacidade intelectual e sua força de trabalho de forma efetivamente livre e igual, eximidas da imputação do trabalho doméstico não valorizado e não remunerado.”
(ESTEVEES e MAIA, 2021, p.71)

Ou seja, é necessário adaptar a economia solidária e as políticas públicas para lidarem com todas as limitações impostas pelo capitalismo e pela estrutura patriarcal, que exige cada vez mais das mulheres, mantendo cada dia mais a situação precária e de exploração. Repensar as Ciências Econômicas incluindo as mulheres.

Conclusão

Quando o sistema capitalista transforma pessoas em coisas, o valor de cada vida passa a ser medido pelo poder de acumulação de capital individual. E é neste modelo que a vida das mulheres está inserida – num sistema de dominação e de exploração nos campos ideológicos, políticos e econômicos.

Assim, mulheres do mundo inteiro são privadas do direito de acumular capital, ficando sujeitas às opressões dos homens e do Estado. Romper o pensamento de subordinação e assumir uma posição de liderança passa pela reformulação do modelo econômico, que dê valor ao trabalho invisível feminino. A criação deste modelo não acontece de forma automática, a partir da conscientização do espaço a ser ocupado. Assim, nós, mulheres, precisamos mudar os circuitos de afetos vigentes, com educação, emancipação, independência econômica e financeira. É preciso também investir na ocupação política e acadêmica, para repensar o modelo econômico vigente, implementando ações, dentro da economia solidária e das políticas públicas, que minimizem as diferenças de gênero e criem possibilidades para que as mulheres reescrevam os seus papéis nas ciências econômicas e no sistema capitalista.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Até o ano 2000, foi utilizada a denominação de “chefe” de família, sendo substituída por “responsável pela família” a partir do Censo Demográfico 2000. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, passou-se à denominação de “pessoa de referência”. Porém, o conceito é o mesmo: pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros. Portanto, não significa, necessariamente, que a pessoa de referência é a que detém os maiores rendimentos da família.

² Inclui crianças, pessoas com deficiência, idosos(as) e enfermos(as).

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 153-168, jul./dez. 2008.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo, Zahar Editores, 1985. Op. cit., p. 36.

ESTEVES Lorena Meirelles e MAIA, Lia Vidigal - Revista de Gênero, Sexualidade e Direito | e-ISSN: 2525-9849 | Encontro Virtual | v. 7 | n. 1 | p. 58 – 74 | Jan/Jul. 2021.

FEDERICI, Silvia O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/382ChXT>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

_____. (PNAD Contínua). 3º trimestre de 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3belulk>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

_____. (PNAD Contínua). 1º trimestre de 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/399JLsc>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

_____. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/3830ddE>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

MELLO, Janine; MARQUES, Danusa. DOS ESTEREÓTIPOS À CIDADANIA: SOBRE MULHERES, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas / Roberto Rocha C. Pires Organizador. - Rio de Janeiro : Ipea, 2019. CAP. 15;

MORENO, Renata. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em <<https://bityli.com/BAGWK>> último acesso: 17 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Gabriela Carraro. Ativismo feminista digital: análise das estratégias discursivas da hashtag #PrimeiroAssédio. 62 f. TCC (Graduação). Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RODRIGUES, Luciene. O QUE É O ECONÔMICO? A PERSPECTIVA PLURAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA FEMINISTA. Economia e políticas públicas : revista eletrônica de economia /Unimontes. –Vol. 7, n. 1, 2019 - . - Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, 2014 . Disponível em <<https://bityli.com/BxmAv>> Último acesso 17 de fevereiro de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SINGER, P. Economia Solidária. Teoria e Debate, São Paulo, v. 47, 25 mar. 2001. Disponível em: <<https://bityli.com/TVnJa>> Acesso em: 18 maio 2018.

SOUZA, A. et al. CONSTRUÇÃO/ RECONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA: GÊNERO, RENDA E EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO. A igualdade terá o rosto da mulher / org. SOUSA, et al.. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. Disponível em <<https://bityli.com/gIOvc>>

TRABALHO NÃO REMUNERADO REALIZADO POR MULHERES REPRESENTA US\$ 10,8 TRI POR ANO NO MUNDO. Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior. Brasília. 24 de Janeiro de 2020. Disponível em <<https://bityli.com/khaft>> último acesso: 17 de fevereiro de 2022.

Mulheres economistas no mundo de Oz

Por Helena Siqueira Dornellas

Quando as mulheres finalmente chegam ao auge de muitas profissões, muitas vezes descobrem um mundo mais coberto de verrugas do que de um belo príncipe. Como Dorothy em O Mágico de Oz, quando elas conseguem ver por trás da cortina, elas descobrem que a máquina do poder pode ser mais fanfarrônica do que substância.

- Avivah Wittenberg-Cox

Em maio de 2020, a revista Forbes publicou um artigo bastante interessante sobre a atuação das mulheres na Economia, assinado pela colunista Aviva Wittenberg-Cox.

No artigo, ela faz menção às conquistas que essas mulheres obtiveram em assuntos de ordem social e econômica que geralmente são bem mais atribuídas aos homens.

O trecho mencionado acima se destaca no texto, com a menção à história do Mágico de Oz, ficção, escrita em 1900, pelo teosofista L. Frank Baum, celebrizada no cinema em 1939. E a partir dela, podemos fazer algumas analogias.



Helena Siqueira Dornellas

Economista com MBA em Gestão de Pessoas e especialista em Economia Solidária e Novas Economias. Atuou nas áreas de Planejamento e Controladoria de grandes instituições financeiras. Atualmente cria pontes entre a Economia Tradicional e as Novas Economias, é coach de Planejamento e Finanças e criadora do canal Simplifik, que desmistifica temas sobre Economia, Novas Economias, Finanças e Empreendedorismo.



Síntese da história

Para quem não conhece, O Mágico de Oz traz a história da menina Dorothy, que tem sua casa no Kansas levada por um ciclone para Oz, uma terra distante e, aparentemente, muito mais bonita e próspera. Na aterrissagem, a casa cai sobre a Malvada Bruxa do Leste, matando-a, o que faz de Dorothy uma heroína. Mas ela é desafiada pela Malvada Bruxa do Oeste.

A Bruxa Boa do Norte lhe diz que para conseguir voltar para casa ela terá que ir até a cidade das Esmeraldas, falar com o poderoso Mágico de Oz. No caminho de tijolos amarelos ela encontra:

- Um espantalho, que deseja ter um cérebro;
- um lenhador de lata, que deseja ter um coração e;
- um leão medroso, que deseja ter coragem.

Juntos, eles seguem até o Mágico, que lhes faz uma série de exigências para atender aos pedidos, sendo a principal delas a vassoura da Malvada Bruxa do Oeste.

Após cumprirem todos os desafios, descobrem que o grande Mágico é, na verdade, um charlatão, mas que acaba demonstrando para todos que o que eles mais querem já trazem consigo.

Ele somente não consegue atender ao pedido de Dorothy, mas a menina descobre, por meio de Glinda, a Bruxa Boa do Sul, que ela sempre teve o poder de voltar para sua casa no Kansas.

“Seus sapatinhos prateados (e não de rubi, como no filme) vão carregá-la pelo deserto”, disse Glinda. E completou: “Se você soubesse do poder deles, poderia ter voltado para sua tia no mesmo dia em que chegou nesta terra... Tudo o que você tem de fazer é bater os calcanhares três vezes e ordenar que os sapatos a carreguem para onde você quiser ir”.¹



Cena do filme "O mágico de Oz" (1939), com direção de Victor Fleming, estrelando Judy Garland. Reprodução/Folha de S. Paulo

Cientes da história, vamos conhecer as homenageadas pela revista Forbes.

Mulheres Economistas

O texto da revista, na íntegra, encontra-se abaixo². Nele podemos encontrar a alusão a cinco economistas mulheres que se destacaram por suas obras e seus prêmios no cenário internacional. São elas:

Mariana Mazzucato - Professora da University College London e fundadora/diretora do UCL Institute for Innovation and Public Purpose. Ela questiona o que é realmente valor econômico e quem o cria, além de ressaltar que a Economia deve servir à sociedade, ao invés de justificar a desigualdade e a servidão entre povos e nações. Tem também uma excelente publicação a respeito do papel do Estado no financiamento das grandes inovações tecnológicas apropriadas pelo setor privado da economia. O livro *O estado Empreendedor* também é destaque na Revista Economistas.



Reprodução/O cafezinho



Reprodução/Stephanie Kelton

Stephanie Kelton – A economista faz questionamentos a respeito das dívidas, diferenciando dívidas de países das dívidas contraídas em níveis mais micro, como famílias e empresas, uma vez que esses agentes não podem gerar moeda ou mesmo definir taxa de juros. Ela aponta para o real significado do dinheiro, enfatizando que os déficits podem ser utilizados tanto para construir uma economia mais justa como para “financiar guerras injustas que desestabilizam o mundo e custam milhões de vidas.”³

Kate Raworth - Pesquisadora do Instituto de Mudança Ambiental da Universidade de Oxford e autora da obra *Economia Donut*. Ela questiona a ênfase dada ao crescimento contínuo e constante e seus reflexos na vida e no meio ambiente. Demonstra também que as mensurações feitas pelo Produto Interno Bruto (PIB) não contemplam vários efeitos econômicos, ignorando, por exemplo, toda a gama de trabalho não remunerado como os serviços domésticos e de cuidados em geral, bem como o direcionamento dado aos recursos, seja voltado para fabricação de armas ou para a obtenção de água. Ela defende um crescimento sustentável, baseado em um modelo regenerativo e distributivo.



Reprodução/Un-page.org



Reprodução/Twitter Carlota Perez

Carlota Perez – A economista repensa o crescimento econômico e sugere desmaterializar esse crescimento e não somente desacelerá-lo, em virtude do grande contingente de recursos que consome. Aponta também para a necessidade de novos estilos de vida, mais alinhados com a sustentabilidade, calcados em revoluções tecnológicas que permitiriam “mais serviços em vez de mais coisas, trabalho ativo e criativo, foco na saúde e nos cuidados, mudança para a energia solar, uso intenso da internet, preferência pela customização em vez de conformidade, aluguel versus propriedade, e reciclagem em relação ao lixo.”⁴

Esther Duflo - Professora de Economia da Pobreza e Desenvolvimento do MIT, tem suas propostas mais voltadas para a erradicação da pobreza do mundo, com melhor orientação, de forma a causar impactos positivos e efetivos. Ela questiona os bilhões direcionados para a ajuda sem uma real compreensão da situação ou mesmo qualquer medição dos retornos, principalmente em questões como educação e saúde, com ênfase na situação da malária. Ela e seu marido ganharam o Prêmio Nobel de Economia de 2019, por conta dos resultados com testes de controle aleatório em centenas de locais de vários países do mundo.



Papel do Estado

Todas elas querem que o Estado represente um papel determinante na Economia.

Carlota Perez, por exemplo, defende o equilíbrio da sustentabilidade econômica com a social, no contexto das revoluções tecnológicas que estamos vivenciando.

Mariana Mazzucato convida os governos a serem mais proativos na apropriação dos resultados gerados pela iniciativa privada - mas que foram fortemente financiados por verbas governamentais, principalmente no quesito das pesquisas básicas iniciais. Segundo ela, "em muitos casos, investimentos públicos se transformaram em entrega de negócios, enriquecendo indivíduos e suas empresas, mas oferecendo pequeno (direto ou indireto) retorno para a economia ou para o Estado."⁵

Kate Raworth destaca: "O Estado como parceiro econômico capacitador e empoderador... soa tão bem... será bom demais para ser verdade?". Mas ela o classifica em Estado com políticas econômicas inclusivas ou extrativas. As primeiras

beneficiam a maioria da população, enquanto as outras privilegiam poucos em detrimento da maioria. De qualquer forma, para evitar qualquer tirania, tanto do Estado quanto do Mercado, o ideal é a prática de uma política democrática, que promova "engajamento cívico necessário para a participação e responsabilização na vida pública e política."⁶

Analogias

Como podemos ver, todas elas fazem questionamentos e apontam para a necessidade de uma grande mudança, do cenário árido do Kansas para um mundo mais colorido e abundante de Oz.

Obviamente o ciclone das novas tecnologias e da sociedade em rede tornam essa viagem bem possível, nos dias atuais.

Para percorrer esse caminho de riquezas amarelas e chegar na cidade das esmeraldas verdes, nossas *dorothies* têm por companhia suas mentes prodigiosas, seus olhares mais profundos e amorosos em relação ao

contexto mundial e, sem dúvida alguma, uma coragem sem tamanho para o enfrentamento das críticas conservadoras.

Dessa forma, derrotando as malvadas Bruxas do Leste e Oeste e se valendo do apoio das boas Bruxas do Norte e do Sul (qualquer semelhança com as regiões cardiais do planeta não será mera coincidência), nossas heroínas buscam os seus intentos, ou seja, regressar para uma casa que, apesar de cinza e pobre poderia, sim, ser mais rica, próspera e igualitária.

Mas, como a autora do artigo bem pontuou, ao buscar a ajuda do Poder constituído descobrem que não há poder algum, são efeitos especiais que somente acentuam as crenças de quem lhes atribui poder.

Em nosso caso, o Mago poderia ser o mercado, que estabelece suas próprias regras e exigências para atender às necessidades da sociedade. Ou ainda o Estado, que regulamenta esse mercado mas, ao mesmo tempo, o ampara em uma correlação de forças ambígua e incerta. Nosso Mago contemporâneo tem dupla face.

Por isso, as nossas *Dorothies*, mulheres economistas, vão buscar seus próprios poderes através de suas trilhas e de seus sapatos científicos e lógicos, questionando um mundo em desequilíbrio e apontando alternativas e soluções.

Ao baterem três vezes seus calcanhares, conseguem transformar o árido Kansas, vislumbrando o reflexo colorido e pródigo que sempre lhe foi inerente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAUM, L. Frank – O Mágico de Oz – São Paulo: Barba Negra : Leya, 2011 – p. 185 e 186
2. FORBES - <https://www.forbes.com/sites/avivahwittenbergcox/2020/05/31/5-economists-redefining-everything--oh-yes-and-theyre-women/?fbclid=IwAR1Sru4lgFkbFOGQHzzKqoBcLGBZDXS-7DUuzcJt0fzcbTzkWHeLz NV3wlk8#56d9d8e1714a>
3. Idem
4. Idem
5. MAZZUCATO, Mariana – O Estado Empreendedor – Desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado – São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014 - p. 37
6. RAWORTH, Kate – Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo – Rio de Janeiro: Zahar, 2019 - p. 97

1 O valor de tudo: Produção e apropriação na economia global



A economista Mariana Mazzucato, reconhecida internacionalmente, escolhe para seus livros temas delicados e decisivos, para o que faz extensa e profunda pesquisa. Seus livros alcançam grande repercussão e altos índices de leitura. Em “O valor de tudo: Produção e apropriação na economia global”, Mazzucato usa o conceito de valor para penetrar e clarear, com seu olhar crítico, a lógica e os interesses que ameaçam a estabilidade do capitalismo, se não forem corrigidos.

Ao discutir em termos teóricos e práticos a ideia de Valor, Mazzucato coloca na berlinda todos os protagonistas do capitalismo — as empresas, os empresários, os executivos, o sistema financeiro e os governos. Ao debater quem cria valor, quem extrai valor e quem destrói valor, a autora leva o leitor a uma reflexão sobre os perigosos desvios que o sistema econômico global criou e alimenta. São eles, principalmente, a financeirização (e ela trata do curtíssimo prazo de sócios e gestores, da fixação do valor ao

acionista como objetivo central das empresas, o abandono dos investimentos de retorno a longo prazo, do agigantamento do sistema bancário, por exemplo), o debate empobrecido e quase interdito sobre o papel dos governos na indução do desenvolvimento (a autora defende que governos criam valor) e a perda de espaço dos “produtores” para os “apropriadores”, e aqui entram os “rentistas”.

O livro está estruturado em nove capítulos, que apresentam juntos a evolução do pensamento econômico e os dados e fatos do desempenho do mundo real ao longo do tempo. A primeira parte do livro discute a questão do valor e aos aspectos técnicos vão se superpondo as questões políticas e as escolhas que mercados e governos fizeram e as suas consequências. Os grandes teóricos (Keynes, Marx, Schumpeter, Piketty, Smith, Stiglitz, Friedman) vão aparecendo enquanto se discute o PIB como uma medida pobre do desempenho dos países e da riqueza. O governo e o sistema financeiro ocupam expressivo espaço nos questionamentos e debates, enquanto números surpreendentes mostram a dimensão dos desvios de rumo, causando pobreza no andar de baixo e concentração desproporcional no andar de cima. As últimas palavras do livro são significativas — é quando a autora faz sua profissão de fé numa “economia da esperança”.

Oswaldo Euclides para o site Segunda Opinião (com adaptações)

2 Maria da Conceição Tavares: Vida, Ideias, Teorias e Política



O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento publica, nesta coletânea, uma seleção de textos da Professora Maria da Conceição Tavares escritos ao longo dos últimos 50 anos. Conceição construiu uma carreira acadêmica reconhecida internacionalmente, como atesta a publicação inglesa *A biographical dictionary of dissenting economist* (2000) – ela é uma das quatro mulheres selecionadas entre os 100 mais importantes economistas heterodoxos mundiais do século XX e a única mulher da América Latina. Foi a pioneira brasileira da Economia e até os dias atuais ainda não passou o bastão da mais importante economista nacional.

A escolha dos textos desta coletânea foi feita com ela e por uma geração de profissionais com a qual Maria da Conceição Tavares contribuiu para suas formações, embora nenhum deles tenha sido orientando dela ao longo das suas respectivas pós-graduações. Os trabalhos

foram publicados nos livros e coletâneas por ela produzidos e representam sua contribuição teórica e empírica ao processo de desenvolvimento das economias latino-americanas e, particularmente, da brasileira.

A introdução comenta as análises feitas sobre a sua obra realizadas no espaço acadêmico, por meio de teses, dissertações, artigos e monografias que tiveram como fio condutor analítico o pensamento da professora e, além disso, esta introdução foi enriquecida com as análises originais elaboradas pelo autor do texto. O capítulo “Itinerários” descreve a história da construção da carreira acadêmica da Professora. E destaca como esta se confunde com a própria formação profissional da carreira de Economista no Brasil, da graduação à pós-graduação.

Seguem-se as suas três fases acadêmicas: Cepal, Unicamp e UFRJ. Na fase CEPAL, aborda-se a questão do (sub)desenvolvimento econômico



Reprodução/Carta Capital

periférico, em particular da economia brasileira. Os textos relacionam aspectos teóricos do desenvolvimento econômico nas economias periféricas a partir das contribuições teóricas pioneiras de Raúl Prebisch e Celso Furtado. A fase UNICAMP faz uma revisão teórica, através do diálogo crítico com os três mais significativos autores da tradição da Economia Política – Marx, Keynes e Kalecki, além da original revisão da Teoria do Oligopólio, explicitada na sua reinterpretação da história econômica do Brasil. Estas ideias estão expressas nas suas duas teses escritas nestes tempos: a de Livre-Docência e a de Professora Titular. A fase UFRJ, dedicada à Economia Política Internacional, analisa a (des) ordem da economia mundial na primeira metade dos anos 1980 e a retomada da hegemonia estadunidense numa contribuição pioneira sobre a formação dos centros hegemônicos na economia do mundo.

A fase recente está representada pelo artigo “Restaurar o Estado é Preciso (Insight Inteligência, dez/2017)”. Ela afirma estarmos vivendo a penumbra da mais grave crise da história do Brasil, uma crise econômica, social e política e que, ainda em 2019, continua assombrando a sociedade brasileira. Com o realismo que a caracteriza, Conceição considera que esta crise aniquila qualquer possibilidade de pactuação nacional e criminaliza o futuro. Todavia, com sua coragem, afirma que sofre, mas não se entrega. Pensa que há saídas para esse quadro de entropia

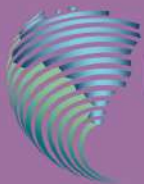
nacional e que estas passam pelas novas gerações. Sua esperança está na juventude, pois a esperança de que as ilusões, próprias das pessoas jovens, curem este estado de astenia e possam reordenar as bases democráticas com tolerância e respeito.

A coletânea foi organizada com o intuito de apresentar a Conceição pensadora e professora de gerações de brasileiros e latino-americanos. A construção de sua trajetória intelectual

é apresentada pelos capítulos escritos por Fernando Nogueira da Costa, Hildete Pereira de Melo e Gloria Maria Moraes da Costa. O primeiro analisa o conteúdo teórico dos seus escritos e vivência docente e as segundas descrevem seu itinerário intelectual, como a jovem matemática torna-se a renomada economista Maria da Conceição Tavares e comenta sua breve aparição no cenário parlamentar nacional, quando, em 1994, foi eleita Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Assim, Conceição cientista e mulher política se confundem; ela rompeu todas as barreiras que ainda hoje relegam as mulheres tanto no cenário político como no científico do mundo atual, e que a jovem Conceição dos anos cinquenta enfrentou com tanta garra e destemor.

Por fim, esta coletânea não teve a pretensão de analisar exaustivamente a vasta obra publicada pela Professora Maria da Conceição Tavares, tais como artigos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais, jornais e as diversas e abundantes entrevistas que concedeu ao longo do tempo a jornalistas e pesquisadoras/es; apenas registrou-se o significado do seu magistral desempenho como teórica do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e latino-americano e professora de gerações de jovens deste continente e do Brasil.

Hildete Pereira de Melo, Professora da Universidade Federal Fluminense e organizadora do livro, para Instituto de Economia da Unicamp (com adaptações).



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Economia
em debate



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br